



**UNIVERSIDADE EDUARDO
MONDLANE**

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

**QUEM SOMOS NÓS AOS VOSSOS OLHOS: Um Estudo em Torno da
Identidade Social da Criança vivendo nos Centros de Acolhimentos.**

Beatriz Raimundo Ali Musserula

Supervisor: Dr. João Carlos Colaço

Maputo, Março de 2013

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**QUEM SOMOS NÓS AOS VOSSOS OLHOS: Um Estudo em Torno da
Identidade Social da Criança vivendo nos Centros de Acolhimentos.**

MONOGRAFIA APRESENTADA A FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
COMO REQUISITO DE OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

Autora: Beatriz Raimundo Ali Musserula

Supervisor: Dr. João Carlos Colaço

Maputo, Março de 2013

Licenciatura em sociologia

Júri

Supervisor

Data

Oponente

Data

Presidente de Júri

Data

Director do Curso

Data

Declaração

Eu Beatriz Raimundo Ali Musserula, declaro que esta monografia nunca foi apresentada na sua essência para a obtenção de qualquer grau acadêmico, e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicado no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Maputo, ao 25 de Março de 2013.

A Autora

Beatriz Raimundo Ali Musserula

DEDICATÓRIA

Esta monografia é dedicada a minha amada família em geral e particularmente a 3 homens e 3 mulheres especiais para mim:

Ao meu pai biológico (Raimundo Musserula) por todo apoio e força incondicional e pela pressão positiva para que eu terminasse a licenciatura;

Ao meu querido avô Pilima (*in memoria*), porque se hoje leio e escrevo essa monografia foi graças a paciência dele em me dar explicação ainda aos meus 7 anos;

Ao meu papy (Alberto Mahanjane), por todo apoio dado desde aos meus 14 anitos até então;

A minha mama biológica (Natércia Pilima) por ter sido uma grande mulher na minha vida;

A minha mamy e amiga (Suzana Pilima), por ter sido minha segunda mãe e me apoiado em todas áreas da minha vida;

E finalmente a nossa mãe mais velha (senhora Fernanda Pilima), que sempre luta por todos nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu supervisor Dr. João Carlos Colaço, pelas críticas positivas e seu apoio intelectual, mas sempre com muita paciência, amizade e carinho.

A todos meus docentes em especial Dr. Baltazar, dr. Cândido e dr. Domingos, por terem dissipado as minhas dúvidas sempre que os procurei durante a realização do trabalho e pelas críticas também no sentido de melhorar os aspectos que não estavam claros. Espero que o tenha feito.

Aos funcionários do Centro e as crianças sem os quais este estudo não teria sido realizado. Especialmente os meus agradecimentos são direccionados ao director do centro que não hesitou em fornecer todo material que precisasse e que tinha disponível, e por ter se encarregue por apresentar-me aos educadores do centro e dissipado qualquer dúvida que todos tivessem com relação a pesquisa. Agradeço igualmente aos chefes de turnos por me dirigirem aos entrevistados e por se disponibilizarem a ajudar mesmo no fim dos seus turnos. Em fim, o meu muito obrigado a todos vocês.

Agradeço aos chefes dos quarteirões da comunidade onde realizei o trabalho de campo, que mesmo sabendo que não teriam nenhuma remuneração ao me ajudar, estes prontificaram-se em encaminhar-me aos agregados familiares seleccionados para que estes não hesitassem em receber-me;

Os meus agradecimentos são também dirigidos ao *personagata*, (Noah), pelo apoio dado durante a realização desta monografia.

E finalmente, mas não menos importante aos meus amigos de Faculdade e os que não são também: Haider Malick Pinto Frechauth (espero que tenha acertado a sequência dos nomes), muitíssimo `obrigada por todo apoio, por ter cedido o computador quando o meu não estava em condições, por ter me ajudado na recolha de dados, por ter tido paciência de corrigir a ortografia sempre que podia, por me ajudar no índice e por seres um óptimo amigo;

Judite Vilares Faz-Tudo, amiga de carteira e dos passeios, obrigada pelas discussões científicas e construtivas, tanto durante a formação, como nos trabalhos em grupo e até mesmo na preparação dos testes e porque não na crítica do meu projecto. Irmã cheguei ao fim, espero que tenha entrado na esfera científica sem redundância;

Edgar Manuel Bernardo, companheiro de carteira e de pesquisa, obrigada pelas contribuições pertinentes e pelos discursos longo em sala de aula.

Costa Ivo Mateus, obrigada pela pressão para que eu terminasse a monografia a tempo e pelas discussões nos primeiros anos de formação.

Isabel Naisse Miranda, minha amiga de longas datas, obrigada por tudo minha amie.

E a todos meus colegas de sociologia 2009, especialmente a (Marilu, Nerua, Muanjuma) agradeço-vos por terem participado na minha formação, infelizmente não houve espaço para citar a todos.

RESUMO

A monografia em apreço teve como foco compreender o processo de construção de identidade social das crianças vivendo em centros de acolhimento. O nosso objectivo foi de compreender a partir da perspectiva de instituição total e representação dramaturgica do eu, como as crianças vivendo em centros de acolhimento produziam e representavam a sua identidade. Partimos do pressuposto segundo o qual, as crianças vivendo em centros de acolhimento não produzem uma identidade única e particular, mas sim uma identidade híbrida, resultante por um lado das regras e normas de conduta do centro de acolhimento por outro, dos rótulos estigmatizantes que estas recebiam da comunidade circunvizinha.

Pudemos perceber que as crianças vivendo nos centros de acolhimento vivenciavam experiências diferentes antes do seu ingresso no centro de acolhimento, pois provinham de bairros e regiões diferentes. Umhas socializadas numa família monoparental resultante de separação dos progenitores e outras ainda por morte de um ou de ambos os progenitores, outras provinham com historial de maus tratos na família o que conduziu-as a rua passando por diferentes processos de socialização e outras ainda, embora tivessem ambos progenitores foram socializadas num ambiente de carência na satisfação das necessidades socioeconómica. Estes aspectos contribuíam para a construção da identidade de cada criança e influenciavam também a forma como elas percebiam a *identidade para si*. No entanto, quando estas crianças ingressam no centro de acolhimento, passam por um processo de mortificação do eu, despojando-as das suas disposições sociais que traziam da sociedade mais ampla, para atribuir-lhes uma nova identidade social (identidade do internado). Esta identidade produziu-se através do tipo de conduta, o tipo de vestuário, a rotina quotidiana, acesso a televisão e o tipo de programas que estas podiam aceder. De forma a adquirir privilégios e evitar sanções as crianças recorriam a uma conduta disciplinada e conformista perante os educadores, entretanto, quando estas interagiam com a comunidade circunvizinha, manipulavam a sua identidade recorrendo a auto-valorização e disciplina para fazer face ao estigma que a comunidade circunvizinha atribuía a estas crianças. Desta forma as crianças quando se encontrassem no centro de acolhimento activavam a *identidade do internado* e quando interagiam com a comunidade circunvizinha manipulavam a *identidade estigmatizada*.

Palavras-chave: Criança, Centro de acolhimento, Identidade, Estigma.

SUMMARY

The monograph under review focused on understanding the process of social construction of identity of children living in reception center. Our goal was to understand from the perspective of total institution and dramaturgical representation of the self, such as children living in shelters produced and represented their identity. We assumed whereby, children living in shelters do not produce a unique and particular identity but rather a hybrid identity, resulting on the one side of the rules and standards of conduct of the reception center on the other hand stigmatizing labels received from the surrounding community.

We noticed that children living in reception centers are experiencing different experience prior to their admission to the reception center, because they came from different neighborhoods and regions. Some socialized in a single parent family resulting from the separation parents and others by death of one or both parents; others came with a history of abuse in the family which led them street through different processes of socialization and others, although both parents have been socialized in an environment of grace in meeting socio-economic needs. These aspects contributed to the construction of the identity of each child and influenced the way they noticed identity for themselves. However, when these children enter the shelter center, go through a process of self mortification, stripping them of their social arrangements that brought the wider society, to set them a new social identity (sheltered identity). This identity was produced by the type of conduct, the type of clothing, daily routine, access to television and the type of programs they could access. In order to avoid sanctions and acquire privileges children resorted to a disciplined and conformist behavior towards educators, however, when they interacted with the surrounding community, manipulated their identity using self-worth and discipline to tackle the stigma that the community surrounding attributed to these children. This way, when the children they were in the center, they activated sheltered identity and when interacting with the surrounding community manipulated the stigmatized identity.

Keywords: Child, reception center, Identity, Stigma.

Índice

INTRODUÇÃO.....	12
REVISÃO DA LITERATURA.....	14
FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	19
JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	21
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	22
CONCEITOS	25
METODOLOGIA	31
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA	54
ANEXOS	56

INTRODUÇÃO

O indivíduo é um ser social. Portanto, é na interacção e principalmente no processo de socialização que ele aprende modos de ser e estar na sociedade, e este papel é desempenhado numa primeira fase pela família (Giddens, 2004). Nesse sentido a nossa maneira de estar ou de nos apresentar aos outros, é resultado da nossa socialização e nós vamos formando nossa imagem na interacção a partir da imagem que os outros têm de nós. A construção da identidade será produzida em referência aos outros e que se faz por meio de negociação com os outros. Essa negociação tem de ter em conta o critério de aceitabilidade seja dos nossos grupos de referência, do contexto em que estamos inseridos ou do grupo na qual fazemos parte como actores sociais. Foi dentro deste princípio, que propúnhamos a pesquisar o processo de construção de identidade social das crianças vivendo nos centros de acolhimento.

Segundo MMAS (s.d), estima-se que mais de um milhão de crianças em Moçambique vivem em condições inadequadas, portanto estas requerem cuidado e protecção especial devido a sua vulnerabilidade. Essa vulnerabilidade é resultado de vários factores sociais desde a falta de protecção da família, a fome, HIV/SIDA, a exploração para o trabalho infantil entre outros factores.

Um dos factores que deixa maior parte das crianças em situação de vulnerabilidade é o HIV, este tem merecido maior atenção tanto nos *midias*, na agenda do governo e outros organismos não governamentais. As crianças afectadas e infectadas pelo HIV tornam-se vulneráveis porque estas perdem os seus progenitores, cuidam de pais cronicamente doentes sem capacidade de prover assistência, tornando se estas novas provedoras o que contribui para o aumento do trabalho infantil. Em outros casos as crianças perdem os progenitores ficando sem um responsável por cuidar delas, tornando-se deste modo também responsável por gerir o agregado familiar e cuidar de outras crianças o que faz com que estas não vivenciem a sua infância.

Outro factor não menos importante é a falta de protecção das crianças por parte da família, resultante da pobreza que coloca desafios para os pais no sentido de prover assistência socio-económico digna aos seus filhos. A separação dos pais também contribui para a vulnerabilidade das crianças uma vez que quando um dos cônjuges abandona a família para formar um novo lar, as crianças ficam relegadas um segundo plano, crescendo numa família monoparental e os desafios que esta coloca as crianças.

Estes conjuntos de factores (pese embora não tenhamos esgotado), faz com que ainda cedo as crianças abduquem do convívio familiar, e esta enquanto socializador primário capaz de transmitir os *modus vivendi* e dessa maneira contribuir no processo de construção da identidade dos seus filhos, percam essa

função. Este papel passa então a ser desempenhado por associações, organizações governamentais e não-governamentais. É nesta óptica que enquadrámos os centros de acolhimentos enquanto instituições que, com o intuito de prestar assistência sócio-económica as crianças, chama a si a responsabilidade de re-socializar as crianças vulneráveis independentemente do seu processo biográfico para uma nova maneira de ser e estar.

Portanto, foi dentro desse propósito que a presente monografia pretendeu pesquisar o processo de construção da identidade social da criança, tendo em conta os valores e normas de conduta que estas passam a adquirir no centro de acolhimento. Tomamos como base de estudo o centro de acolhimento *Ministério Arco-íris*, situado na cidade de Maputo no período de 2012/2013. Neste centro, encontram-se abrigadas crianças em situação difícil ou vulneráveis que por diferentes motivos (seja órfão, crianças desamparadas e de rua ou crianças cujos pais não têm condições de garantir assistência socioeconómica entre outras) residem neste centro. O motivo que levou-nos a escolher o grupo alvo (Crianças), foi o facto de comumente constatarmos que o processo de formação de identidade nessa categoria social ser influenciado principalmente pela família como socializador primário, e considerarmos pertinente analisar a situação contrária em que já não é a família que ocupa esse papel mas o centro de acolhimento. Quanto ao centro por nós seleccionado, deveu-se ao facto de ser um dos poucos existentes na cidade de Maputo que assemelha-se a instituição total ou como se designa comumente de Centros Fechado, para referir instituições em que as crianças residem e tem acesso limitado ao mundo exterior na lógica de Goffman (1961) e por se agruparem crianças (abaixo dos 18 anos) de ambos os sexos em maior número, o que raramente se verificou nos restantes. Quanto ao período, justificou-se pelo facto de coincidir com o período em que terminamos a formação.

Em termos de estrutura, o estudo apresenta-se da seguinte maneira: introdução, onde fazemos uma breve contextualização do tema em estudo e a sua respectiva delimitação, seguida da revisão da literatura e formulação do problema, o enquadramento teórico e conceitual, a metodologia, o campo de análise, a apresentação e discussão dos resultados, considerações finais, a referência bibliográfica e finalmente os anexos.

REVISÃO DA LITERATURA

Os estudos aqui revistos relacionados com crianças vivendo nos centros de acolhimento, são por um lado de natureza interventiva Finato (2003) e MMCAS (2001) cuja finalidade foi de auxiliar a aprovação de políticas para melhorar o bem-estar das crianças, ou procurar soluções para um problema específico; por outro lado encontramos estudos realizados no âmbito académico, que por sua vez se divergem nas perspectivas de interpretação: uns focalizaram o empobrecimento afectivo que as crianças vivendo no centro apresentam, o que faz com que tenham uma identidade negativa de si [Aquino e da Silva (2005), Gonçalves *et al* (s.d)]. Outros ainda, analisaram o estigma institucional das produções científicas Ayres *et al* (2010) e as motivações que levam as crianças da rua a afluírem aos centros de acolhimentos e destes para a rua Mauluquela (2009). Entretanto, estes estudos foram maioritariamente realizados no contexto Brasileiro, com excepção do estudo de MMCAS¹ (2001) e Mauluquela (2009).

Finato, (2003), no seu estudo explica os motivos que levam as crianças a serem abandonadas nos centros de acolhimento ou a serem institucionalizadas (crianças que recebem um atendimento institucional). Esta autora aponta como uma das principais razões a insensibilidade dos governos na distribuição de renda digna para todos, empobrecimento cada vez maior dos indivíduos devido as crises económicas, os planos económicos fracassados e a mobilidade da família do campo para as grandes cidades a procura de melhor condições de vida, que o meio urbano por sua vez não consegue empregar esses migrantes. Esta autora questiona ainda, se a substituição da família nuclear para uma nova (dos centros de acolhimento, ou instituição lar) seria o modelo ideal para o desenvolvimento psico-social da criança abandonada. O estudo conclui que o desenvolvimento das crianças nos lares foi benéfica, nos casos em que o casal dos laristas possuía habilidade e sensibilidade para perceber e lidar com historial de cada criança abandonada, e quando as crianças recém-institucionalizadas recebiam carinho, afecto e cuidado das outras crianças já estabelecidas, o que facilitava o processo adaptativo. Finato, sustenta ainda que no caso da impossibilidade de retorno da criança a sua família biológica, ou no caso de não ser viável adopção definitiva, a família substituta nos moldes de instituição-lar pode levar juntamente com um trabalho de acompanhamento de uma equipe técnica, a um desenvolvimento saudável da criança, o que facilitara a integração da criança.

¹ MMCAS- esta sigla era usada para designar antigo Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social e que actualmente passou a designar-se Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS).

MMCAS² (2001), analisou os centros de acolhimento, procurando aferir a situação das instituições de atendimento a criança em situação difícil em Moçambique para definir padrões mínimos de atendimento dessas crianças. O estudo constatou que as condições sócio -económicas e culturais do país permitem, a coexistência de diversas alternativas de atendimento de crianças em situação difícil, albergando de forma não selectiva a todas categorias de crianças em situação difícil. Deste modo, o conceito de crianças em situação difícil é vasto e fluido carecendo de um tratamento apropriado, portanto, é questionável se todos os grupos sociais devem ser atendidos institucionalmente e nessa óptica qual deveria ser o papel do estado. Nesse caso, concluiu-se que o estado deveria primar pelo atendimento institucional apenas para crianças órfãs sem apoio de terceiros ou crianças cujas famílias substitutas ou encarregados de educação, não têm capacidade de trabalhar e de gerar rendimento.

Nestes estudos, os centros de acolhimento são vistos como um espaço em que as crianças se encontram internadas por motivos de abandono, orfandade, ou mesmo por incapacidade dos familiares ou em alguns casos do governo de proverem assistência financeira. Neste sentido, a maior inquietação é procurar melhores políticas e definir padrões de atendimento adequados a estas crianças. Entretanto, estas pesquisas retratam mais um problema social do que necessariamente um problema sociológico, pois estes estão mais preocupados em solucionar um problema específico de forma a manter-se a ordem social.

Aquino e da Silva (2005), estudaram os centros de acolhimento, ou casa lares, partindo do pressuposto que a medida de abrigar crianças e adolescentes em situação de abandono social (seja por carência de recursos materiais da família/responsável, abandono pelos pais/responsáveis, violência doméstica, dependência química dos pais/responsáveis, vivência na rua, orfandade) nestes locais tem um carácter provisório, isto é, que têm como objectivo último o retorno da criança para sua família de origem no prazo mais breve possível. Neste sentido, procuraram identificar as acções que as 589 instituições de abrigo pesquisadas, têm feito de fato, para contribuir na promoção do direito à convivência familiar e comunitária daqueles sob sua responsabilidade.

Quanto ao primeiro aspecto, a “preservação dos vínculos familiares” foram considerados dois grupos de acções desenvolvidos pelas instituições: acções de incentivo à convivência das crianças e dos adolescentes com suas famílias de origem, e cumprimento do princípio de não-desmembramento de grupos de irmãos abrigados. Deste modo, observou-se que 79,8% das instituições mantinham informações

² Actualmente designado Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS).

sistematizadas sobre as famílias dos internados (endereço, renda, situação de trabalho, organização familiar etc.); 65,9% promoviam visitas das crianças e dos adolescentes aos lares de suas famílias; e 41,4% permitiam visita livre ao centro de acolhimento, sem data e horário pré-estabelecido. Estas autoras verificaram também que só 5,8% do universo pesquisado é que realizavam essas acções de forma conjunta. Na óptica das autoras, essas medidas são importante no sentido que, permitem o fortalecimento e a manutenção dos vínculos afectivos entre as crianças e seus familiares, busca da reestruturação familiar por parte dos mesmos, para que depois de superadas as dificuldades que determinaram o afastamento, pais, mães responsáveis possam desenvolver condições para receber seus filhos de volta. E no caso em que o retorno das crianças internadas as suas famílias biológicas mostrou-se impossível, devia-se procurar inseri-las em famílias substitutas.

Quanto ao direito à convivência comunitária, foram considerados dois critérios para definir participação comunitária no abrigo: *i*) a existência de trabalho voluntário no âmbito dos serviços complementares (acompanhantes, costureiros, estagiários, orientadores, espirituais/religiosos, professores de reforço escolar, recreadores, voluntários para actividades diversas como artes plásticas, culinária, dança, desporto, informática, línguas, música, teatro, trabalhos manuais etc.); e *ii*) a inserção da instituição de abrigo em um contexto espacial com disponibilidade de serviços e equipamentos comunitários. O estudo mostrou que apenas 27,5% das instituições pesquisadas atendiam aos dois critérios conjuntamente.

Gonçalves *et al* (s.d), analisaram os centros de acolhimento, mas com objectivo de reflectir sobre os vínculos afectivos estabelecidos entre criança - criança e, criança - cuidador nesses centros. No estudo que abrangeu crianças dos 6 aos 12 anos, mostrou que essas crianças apresentavam empobrecimento afectivo, sendo que a maioria sofreu e ainda sofriam rejeição por parte da família. Quanto aos laços afectivos, criança – criança, verificou-se que elas tendem a formar vínculos afectivos umas com as outras devido a rotatividade de funcionários, voluntários e cuidadores, que levam a insegurança e o medo de novas perdas. Por outro lado, porque de certo modo as crianças mais velhas representavam a figura materna para os mais novos, isto é, na falta do acolhimento do adulto a criança busca vincular-se a outra criança de preferência mais velha. Na relação criança – cuidadora, observou-se um empobrecimento de relacionamento emocional e afectivo, pelo facto da interacção entre elas, basear-se na autoridade e se manter pela ordem e disciplina e não pelo afecto. Também observou-se que as crianças abrigadas por longos períodos têm a auto-estima, auto-conceito afectado e geralmente têm uma imagem negativa de si mesmo. O estudo conclui que as crianças privadas de contacto em suas necessidades afectivas emocionais

colocam o seu desenvolvimento em risco, pois para a criança a ausência de confiança e apoio de um cuidador é devastador, visto que é estreita a relação entre vínculo e desenvolvimento emocional (*idem*).

Nos estudos de Aquino e da Silva e Gonçalves *et al*, a permanência das crianças nos centros de acolhimento é vista numa vertente de desenvolvimento afectivo das mesmas. Estes estudos olham mais para os vínculos afectivos que estas crianças estabelecem com os cuidadores ou educadores, e o seu impacto no desenvolvimento emocional da criança, mostrando que ausência da família e o conseqüente internamento influencia no empobrecimento afectivo, auto estima e auto-conceito negativo das crianças. Nota-se dessa forma, a generalização de que todas crianças vivendo nos centros de acolhimento têm uma identidade fixa e particular (uma identidade negativa de si e auto estima afectado).

Ayres *et al.*, (2010), partiram de uma pesquisa bibliográfica a cerca das produções científicas referentes a temática de “abrigo”, convivência e destituição do poder familiar entre os anos de 2000 a 2008, totalizando ao todo 13 livros, 31 artigos e 28 trabalhos académicos desagregados em teses, dissertações e monografias analisadas. Esta pesquisa não se limitou em analisar a temática de centros de acolhimento numa dada área de produção de conhecimento, neste sentido, os trabalhos consultados abrangiam desde pesquisas sobre experiências profissionais, intervenções psicológicas, médicas a pesquisas quantitativas, experimentais, bibliográficas entre outras. Os autores constataram que, a maioria desses artigos atribuíam as crianças e aos adolescentes abrigados uma identidade particular, sendo que certas concepções psicológicas aprisionam estas crianças certas formas de ser. Deste modo, os autores concluem que estas produções científica contribuem para a construção do estigma institucional, dentre eles *déficits* nas crianças e jovens abrigados: problemas de atenção, dificuldade de aprendizagem, prejuízo em relação ao mecanismo de defesa, excesso de agressividade, embaraçam nas relações afectivas, dificuldade de expressão e carência de afecto. E através da análise do discurso, possibilitou os autores a compreender todo um leque de relações que atravessam as falas dos especialistas que participam na produção, reprodução, manutenção ou transformação das práticas sociais e das relações saber-poder com suas implicações ético-políticas.

Mauluquela (2009), no seu trabalho intitulado centros de acolhimento: uma tentativa de saída da rua, procurou analisar a problemática da “criança da/na rua”, mais concretamente sobre o movimento que este grupo social realiza no sentido rua-centro-rua, ou seja, procurou perceber por que as crianças recorrem

aos centros e por que algumas delas, mais tarde, retornam a rua. Numa amostra de 15 crianças vivendo em 2 centros de acolhimento e na rua e a partir da perspectiva fenomenológica, a autora analisou como se estabeleciam as relações entre as crianças e os centros de acolhimentos partindo da percepção das suas vivências na rua e nos centros. Esta autora, partiu do pressuposto segundo o qual, os motivos que levam as crianças da rua afluírem aos centros de acolhimento diferem daqueles pelos quais foram criados e elas permaneceriam neles se, e na medida em que houvesse uma conciliação entre os seus objectivos e aqueles perseguidos pelos centros.

Neste sentido, as crianças recorriam ao centro de acolhimento porque, em algum momento da sua trajectória na rua, tinham dificuldades em enfrentar os desafios que a vida na rua coloca. Pois, as competências e habilidades que possuem se mostravam insuficientes e/ou a sua pouca idade funcionou como uma desvantagem num mundo que prevalecia a lei do mais forte. Assim, a violência, o frio, a fome são alguns dos motivos por que as crianças decidiram voltar ao centro a fim de conseguir abrigo, segurança, conforto, alimentação regular e educação.

Já os motivos por que levavam as crianças a saírem do centro e voltar para rua, são encontrados no modo de funcionamento dos centros de acolhimento. Portanto, a falta de tacto resultante do desconhecimento de métodos de relacionamento com crianças no geral, e das crianças *da rua*, em particular: o abuso de autoridade, os métodos educacionais repressivos, a escassez de actividades extracurriculares, o isolamento e o distanciamento dos educadores podem, isolada ou conjuntamente, constituir elementos expulsivos das crianças.

Este estudo concluiu que não há, entre as crianças estudadas e os centros, uma conciliação nos seus objectivos. Enquanto as crianças *da rua* são motivadas pela necessidade de encontrar abrigo, alimentação, educação ou protecção, os centros oferecem-nos, mas integrados no processo que deve culminar com o retorno das crianças para as suas casas e comunidades de origem, a chamada reintegração familiar ou social. Um retorno que nem sempre faz parte do horizonte das crianças. E, quando o faz, o funcionamento dos centros, a relações sociais que se estabelecem, muitas vezes caracterizadas por modos autoritários e repressivos, e a ociosidade acentuada aparecem como factores que expulsam as crianças dos centros.

Mauluquela (*idem*), apesar de ter trazido uma perspectiva sociológica acerca das crianças vivendo em centros de acolhimento, também recai no mesmo ponto de vista dos estudos que sustentam o argumento segundo o qual, essas crianças apresentam uma identidade negativa de si devido a fracos vínculos afectivos com os educadores como consequência de uma relação baseada nos autoritarismo e repressão. Esta autora explica esse facto, como sendo um dos motivos porque as crianças abandonam o centro para retornar a rua. Entretanto, apesar de concordarmos que os centros de acolhimento com o seu sistema repressivo e o fechamento com a sociedade contribuir para a permanência ou não das crianças no centro, acreditamos que não existe necessariamente uma relação causal linear, para que as crianças do centro apresentem uma identidade negativa, pois se considerarmos as crianças como actores sociais que representam várias identidades em função das circunstâncias, podemos verificar que elas podem manipular essa identidade.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A nossa pesquisa pretendeu debruçar-se sobre a identidade social das crianças vivendo nos centros de acolhimento pelo facto dos estudos revistos relacionados com crianças vivendo nos centro de acolhimentos ser recorrente a explicação do processo de construção de identidade dessas crianças sob ponto de vista de uma auto-imagem negativa, baixo estima. Essa visão sustenta-se com maior ênfase no estudo de Gonçalves *et al.*, (s.d), e estes argumentam que esse factor deve-se a rejeição ou ausência da família, o que contribui para que as crianças vivendo em centros de acolhimento apresentem empobrecimento afectivo no seu relacionamento com os cuidadores e outras criança, pois estas, tornam-se inseguras e com medo de novas perdas.

Vários estudos como, o de Aquino e da Silva (2005) e, Finato (2003), enfatizam a necessidade das instituições que abrigam crianças órfãs e vulneráveis, olharem para convivência familiar e comunitária de forma a preservar os vínculos afectivos e evitar com que estas crianças tenham uma imagem negativa de si. Todavia, como argumenta (Ayres *et al.*, 2010), essa forma de perceber a identidade das crianças vivendo nos centros de acolhimento constroem um estigma institucional, no sentido dessas análises e pesquisas considerarem sempre que estas crianças têm empobrecimento afectivo, excesso de agressividade e uma auto-imagem negativa de si próprias. Concordamos com o ponto de vista de Ayres (*idem*) e, acrescentamos ainda, que esta ênfase dada aos vínculos afectivos e relaciona-la sempre a

identidade negativa, faz com que negligencie-se o papel da própria criança como actor social capaz de adequar a sua identidade as exigências da instituição, o que não quer dizer que a criança apresente sempre uma identidade negativa.

Portanto, devido a constatação de que essas pesquisas procuram enfatizar uma identidade particular, fixa (uma identidade negativa e baixo estima) às crianças vivendo em centros de acolhimento e, acrescida a escassez de trabalhos científicos que abordem a questão da identidade social das crianças vivendo nos centros de acolhimento no contexto moçambicano, procuramos problematizar e argumentar que essas crianças no processo de construção da sua identidade, não representavam uma identidade fixa, única e particular. Deste modo tornou-se pertinente levantar a seguinte questão: *Que identidades as crianças vivendo em centro de acolhimento, produzem e representam? E em que circunstancias activam uma identidade em detrimento de outra?*

Como *hipótese*, argumentamos que as crianças vivendo em centros de acolhimento produzem e representam uma identidade híbrida resultante por um lado, da influência das regras e normas de conduta do centro que vai configurar a estas crianças uma *identidade do internado*, e por outro, dos rótulos estigmatizantes que as crianças recebem na sua interacção com a comunidade circunvizinha, pois estas partindo da sua percepção de “família normal” rotulam e estigmatizam as crianças do centro por não obedecer este modelo de família adquirindo desta forma uma *identidade estigmatizada*.

Variável independente – regras de conduta; rótulo estigmatizantes que as crianças recebem

Variável dependente – identidade do “internado” e identidade estigmatizada

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A escolha deste tema em termos de motivação pessoal, deveu-se ao facto de termos participado num estágio no qual visitamos e trabalhamos directamente com crianças órfãs e vulneráveis e interessou-nos desenvolver uma pesquisa relacionada com o assunto. Porém devido a falta de orçamento que nos deparamos não pudemos realizar no local onde efectuamos o estágio e optamos por lugares similares que foi o caso do centro de acolhimento Ministério Arco-Íris.

Em termos de relevância sociológica, consideramos que o estudo trará contributo nesta área de estudo devido a pouca exploração em termos empíricos da questão da identidade nos centros de acolhimentos no contexto moçambicano. Consideramos também que terá relevância teórica na medida que, o centro de acolhimento constitui-se um híbrido social, parcialmente um grupo residencial por agrupar crianças que obedecem uma rotina similar de um agregado familiar e também como organização formal, pois encontramos uma forma de administração na qual os funcionários (director, educadores, cozinheiros, etc.) trabalham para a prossecução dos objectivos da instituição e há uma hierarquia entre eles. E, por este assemelhar-se a uma “estufa” que funciona como instrumento para moldar, mudar e transformar o *eu*, tornando-se assim um experimento natural do que se pode fazer com a identidade das crianças que ingressam neste centro de acolhimento. No que se refere a contribuição prática, acreditamos que o estudo será útil as entidades responsáveis pelas crianças órfãs e vulneráveis nos centros de acolhimento, na medida em que traremos de forma sistemática as contribuições de todos actores envolvido no processo de construção de identidade destas crianças, o que poderá auxiliar a compreender melhor essa categoria social e desta forma melhorar o relacionamento com as mesmas e quiçá reduzir o estigma.

Nessa ordem, constitui o *objectivo* geral desta monografia, compreender a maneira pela qual as crianças vivendo nos centros de acolhimento produzem e representam a sua identidade. E de forma específica pretendíamos:

- Identificar o perfil sócio-demográfico das crianças que ingressam no centro para relacionar com processo de transformação da sua identidade.
- Identificar as normas de conduta existente no centro e sua influência na formação da identidade das crianças;

- Identificar as percepções que a comunidade circunvizinha tem das crianças vivendo em centro de acolhimento;
- Relacionar as percepções que a comunidade tem dessas crianças aos rótulos estigmatizantes;
- Identificar as estratégias que as crianças adoptam para activar uma determinada identidade em detrimento da outra;
- Descrever a rotina diária das crianças no centro de acolhimento para interpretar o modo como as crianças incorporam a maneira de ser e estar nesse espaço;

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

No presente estudo, recorreremos as perspectivas de Instituição Total (1961) e Representação Dramatúrgica do Quotidiana ambas de Erving Goffman (2002). Optamos por estas perspectivas em concomitante, porque ambas complementaram-se na explicação do nosso objecto de estudo pois, para analisar a identidade das crianças no centro de acolhimento Ministério Arco-íris, fez-se mister considerar um grande grupo de crianças que seguem as mesmas normas e regras e o facto de acreditar que estes representem um papel que a instituição espera deles.

Uma instituição total pode ser definida “como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1961:11). As instituições totais tem tendências de “fechamento” e o seu carácter total é simbolizado pela barreira a relação social com o exterior e proibições a saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, etc., (*idem*).

As instituições totais caracterizam-se em cinco agrupamentos: em primeiro lugar, instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas, nesse caso consideram-se as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça a comunidade, embora de

maneira não intencional que é o caso dos sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosarias. Em terceiro lugar, instituições organizadas para proteger a comunidade contra perigos intencionais e, o bem-estar das pessoas (cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração). Em quarto lugar, as instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho). E, em quinto lugar, os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos como, abadias, mosteiros e conventos (*idem*).

O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam as três esferas da vida (dormir, brincar, e trabalhar no mesmo local e sob mesma autoridade). Este tipo de instituição tem a particularidade de aplicar aos indivíduos um tratamento colectivo e estão sujeitos a praticar as mesmas actividades, os mesmos tratamentos e as mesmas obrigações e o não cumprimento das regras por parte de um indivíduo evidencia-se em contraste com o comportamento de outros. Estes indivíduos são em geral colocados sob responsabilidade de um pessoal, cuja principal tarefa não é de dirigir ou controlar periodicamente o trabalho tal como ocorre na relação empregador-empregado, mas antes de vigiar, isto é, controlar para que cada internado cumpra a tarefa que lhe foi atribuída em condições tal que qualquer infracção cometida seja evidenciada e sancionada (Goffman, 1961; Campenhoudt, 2003).

Portanto, o indivíduo quando ingressa na instituição total passa por um processo de mortificação ou despersonalização do *eu*, despojando o internado da sua personalidade anterior, modificar a imagem que possui de si próprio e dos outros, perdendo as várias distinções sociais que possui na sociedade mais ampla e atribuir-lhe uma novo estatuto. No entanto, o que distingue a instituição total do mundo exterior ou da sociedade moderna é o facto de indivíduo (nesse último caso) tender a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral (Goffman, 1961).

Porém, não significa que todas instituições totais compartilhem de todos elementos acima mencionadas, o que vai defini-la como instituição total é o facto de cada uma delas apresentar, um grau intenso das características descritas (Goffman, 1961). Nesta vertente, o centro de acolhimento Ministério Arco Íris,

foi considerado uma instituição total no sentido de um grande número de crianças vivem, brincam e realizam maior parte das suas actividades no mesmo local, e estão sob vigilância de uma única autoridade burocrática. Estas crianças têm, um relacionamento limitado com o mundo exterior ao centro. Entretanto, o facto de estas crianças interagirem com a comunidade circunvizinha (sob autorização prévia) não retira o centro de acolhimento Arco-íris a categoria de instituição total (principalmente se olharmos sob ponto de vista das regras do centro bem como o regime de atendimento que é centro fechado) e, temos de ter em conta que a sociedade é dinâmica e com o tempo algumas características destas instituições não se apresentam tal qual se encontravam no período em que Goffman (1961) propôs.

A Perspectiva Dramatúrgica de Goffman considera, a sociedade como um palco em que diferentes actores sociais em situação de co-presença física desempenham papéis de diferentes personagens. Neste sentido quando o indivíduo desempenha um papel, solícita dos seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. De modo a convencer o público que o papel por ele sustentado é a verdadeira realidade, este recorre a diferentes estratégias e técnicas de actuação ou então equipamento expressivos na execução da sua performance (Goffman, 2002).

Assim, Goffman (*idem*) identifica a nível do “palco”, onde decorrem as representações a *Fachada* enquanto “equipamento expressivo do tipo padronizado, intencional ou inconsciente empregado pelo indivíduo durante a sua representação” ou conjunto de elementos que permitem identificar a situação (Goffman, 2002:29). Estes elementos decorrem em primeiro lugar de adereços pessoais ou *personal front* - que permitem a identificação das personagens e, estas incluem a *appearance* (aparência) – que revela o estatuto social do actor seja pela postura, o tipo de roupa e adereços, expressões faciais, e os modos (*manners*) que indicam o tipo de papel que o actor vai representar, se é agressivo, se espera que o actor inicie a acção ou se é de maneira humilde, que dá impressão que o actor siga o comando de outros (Goffman, 2002; Ferreira *et al.*, 1995).

Este refere-se ainda a existência do *Cenário* que “compreende mobiliário, a decoração, a disposição física ou outros elementos de pano de fundo que vão constituir o cenário e os suportes do palco para o desenrolar da acção humana” (Goffman, 2002:29). Essa disposição física é que irá sustentar a credibilidade da fachada. Entretanto, existem locais em que os actores sociais podem abandonar a

máscara, que o actor designou de bastidores (*backstages*), cujo acesso de outros actores é limitado (Ferreira *et al.*, 1995; Goffman 2002).

Neste estudo focalizamos alguns conceitos como *aparência*, *modos* e *palco* e os restante mencionamos quando necessários, pois alguns mostraram-se mais cruciais que outros. Portanto, recorreremos ao conceito de aparência para referir que as crianças no centro usam determinados trajes para tornar credível a identidade de criança internada e estas crianças representavam esse papel de *modo* disciplinado. Entretanto, dependendo do *palco*, seja no centro de acolhimento ou na comunidade circunvizinha, o conceito de *bastidores* tornou-se útil. No entanto, esse conceito não foi por nós aprofundado já que este mostrou-se difuso, pois constatamos que o próprio centro pode servir de bastidores, assim como no exterior do mesmo. No caso do tipo de vestuário que as crianças usavam bem como o tipo de corte, poderia mudar em função do local, ou seja, quando estas se encontravam fora do centro (nos casos em que estes eram permitidos visitar os seus familiares) podiam abandonar o traje e recorrer a outros adereços, o que tornou-se difícil captar essa transformação. E, já que o nosso interesse foi a representação da identidade em situação de co-presença física, não focalizamos o conceito de bastidores, apesar de termos referenciado.

CONCEITOS

Centro de Acolhimento enquanto Instituição total - é “ um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1961:11). As instituições totais tem tendências de “fechamento” e o seu carácter total é simbolizado pela barreira a relação social com o exterior e proibições a saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, etc (*idem*). Neste sentido consideramos o centro como um local que, um considerável número (264) de crianças em situação difícil e vulneráveis levam uma vida formalmente administrada, são separadas por um considerável período de tempo da sociedade em geral e recebem um conjunto de actividades de reabilitação educacional, para além do apoio alimentar e moral. O carácter total do centro é simbolizado pela proibição a relação social tanto com a comunidade

bem como com a família nos primeiros 6 meses do ingresso, assim como o próprio esquema físico: muros altos com arame farpado, Portões fechados, restrição no acesso ao centro sem prévia autorização e um esquema sofisticado de segurança (guardas e câmaras de filmagem no portão) garantem a barreira com o exterior.

Identidade - Goffman analisa este conceito partindo do princípio que a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como normais, naturais e comuns para os membros de cada sociedade. Os ambientes sociais estabelecem categorias aos indivíduos que têm a probabilidade de serem encontrados esses atributos comuns ou normais. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com outras pessoas previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos que nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos é sua “*identidade social*” (Goffman, 2008:12). Pinto (1991), converge com este ponto de vista quanto ao conceito de *identidade* como sendo “processo pelo qual os actores sociais se integram em conjunto mais vasto de pertença ou de referência com eles, se fundindo de forma tendencial” o que ele preferiu denominar processo de identificação e, o “processo pelo qual os autores pretendem autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando em relação aos outros fronteiras mais ou menos rígidas” que designou processo de identificação.

Desta forma Goffman e Pinto, concordam que a identidade social classifica o indivíduo enquanto um membro de um grupo social ou categoria social específica. Entretanto este último, diferencia dois tipos de identidade, a Identificação da identificação. No entanto, Giddens (2004:29) define a *identidade* como estando “relacionada com o entendimento que as pessoas têm a cerca do que são e o que é importante para elas”. Este autor assim como Pinto distinguem dois tipos de identidade: a *identidade social* e *identidade individual*, a primeira entende-se como sendo as características que os outros atribuem e podem ser visto como marcadores que indicam de um modo geral quem a pessoa é, e a segunda refere-se aquilo que distingue-nos enquanto indivíduo, e “diz respeito ao processo de desenvolvimento pessoal, através do qual formulamos uma noção intrínseca de nós próprios e do relacionamento com o mundo a nossa volta” (Idem). É na negociação constante do indivíduo com o mundo a sua volta, que o ajuda a criar e moldar a sua noção de identidade.

Já para Dubar (1997:106), a *identidade* deve ser conceptualizada como sendo a articulação entre a identidade para o outro e a identidade para si. A *identidade para o outro* é “aquilo que define o que o indivíduo é, aquela imposta por outros que permitem classificar o indivíduo como membro de um grupo” e *identidade para si* “aquilo que exprime o que o indivíduo quer ser”. Mas Dubar acrescenta ainda que o indivíduo produz uma identidade para si, na relação com o outro, e que essa identidade não é fixa e definitiva, ela depende das circunstâncias em que o indivíduo se encontra. Se mudam as circunstâncias, a tendência é de activar uma outra identidade, adequadas as novas circunstâncias. Diferentemente de Giddens, Pinto e Dubar, Hall (2000) não faz uma distinção entre identidade individual e identidade social, mas preferiu designar de *identidade híbrida*, para referir que o indivíduo na pós-modernidade não possui uma identidade fixa, mas sim uma identidade “móvel” formada e transformada em relação as formas pelas quais é interpelado. (*idem*:91).

Nesta monografia, optamos pelos conceitos acima citados, pois notamos que estes convergem na discussão do conceito identidade embora usem terminologias distintas pois, nós só formamos a nossa identidade na interação com outros, mas que o contexto em que estamos inseridos é que define a nossa identidade. Portanto, de modo a uniformizar a terminologia e tipologia, consideramos a *identidade individual* e ou o *eu* das criança vivendo em centros de acolhimento, como sendo aquela em que estas se distinguem uma das outras em termos de proveniência, fixando uma fronteira em relação as outras e através da qual elas formulam uma noção intrínseca de si mesmas, seja pela maneira de ser e estar, quer das vivências pelas quais passaram. Consideramos a *identidade social* como sendo aquela imposta pelos outros, o que permite classificar as crianças como pertencentes a uma categoria social seja a partir da percepção que se tem a cerca de crianças vivendo nos centros de acolhimento, seja através de imposição de regras de conduta ou se quisermos maneiras de estar no centro. Desta forma, elas não apresentam uma única identidade, mas uma identidade híbrida.

Criança ou infância segundo Durkheim e Buisson vem da origem etimológica de “in-fans”, quer dizer aquele que não fala. Define-se como um período de crescimento. Quer dizer é nessa época em que o indivíduo tanto do ponto de vista físico quanto moral, não existe ainda (*apud* Sirota, 2001:9). A infância e/ou criança é considerada por esse autores mais sob ponto de vista Biológico. James diverge desse ponto de vista e para este, a *infância* é compreendida como uma construção social. Desse modo, o conceito de infância fornece um quadro interpretativo que permite contextualizar os primeiros anos da vida humana” (*apud* Sirota, 2001:19). Na definição de James, a ênfase é dada a infância enquanto construção social,

diferentemente de Durkheim e Buisson. Entretanto, Sarmiento (2005) vem copular os dois conceitos propostos pelos autores acima citados acrescentando ainda a componente psicológica, definindo crianças como “seres bio-psico-sociais que se encontram na primeira etapa das suas vidas”. Este autor argumenta que não podem ser entendidas as crianças tendo puramente em conta os elementos naturais, mas sim um conjunto de características e necessidades biológicas e psicológicas que se enquadram dentro de um contexto sociocultural específico (*apud* Collona, 2010:133).

Na pesquisa realizada, os conceitos de criança e infância consideramos como conceitos sinónimos apesar de estarmos ciente da limitação da nossa escolha. Entretanto guiamo-nos com base nos autores que citamos e pelo facto de notarmos que dificilmente são distinguidos estes dois conceitos. Assim consideramos o conceito de criança dado por Sarmiento, por este ser mais abrangente e dessa forma consideramos a criança como uma construção social de um grupo ou sociedade, mas que compõe elementos biológicos e psicológicos. Deste modo, no contexto moçambicano define-se criança segundo a convenção dos direitos da criança de 1989 e que este país ratificou, como sendo todos indivíduos que estejam abaixo dos 18 anos.

Moçambique, ao ratificar este instrumento internacional em Abril de 1994, comprometeu-se a garantir os direitos das crianças tanto no ordenamento jurídico-legal, bem como nas estratégias e planos de acção do governo dos quais pode se fazer menção: a Declaração dos Direitos da Criança Moçambicana, a Constituição da Republica no seu artigo 56, Plano Nacional de Acção para a Criança, Políticas e Estratégias de Intervenção no Sector da Mulher e Acção Social. Todos estes instrumentos foram criados com objectivos de assegurar um bom inicio de vida e desenvolvimento saudável das crianças com acesso aos serviços básicos de Educação, Saúde, convivência familiar e comunitária, participação nas decisões que lhe dizem respeito e a definição dos diferentes grupos de crianças bem como as estratégias de atendimento (comunitário e institucional), etc. (PNAC 2006-2010; UNICEF e MIMAS 2006; MMAS, 2008). Deste modo, na presente monografia o conceito de criança é aplicado a todo indivíduo menor de 18 anos. Ao considerarmos criança todos indivíduos abaixo dessa idade, fizemo-lo cientes de que estes não têm características homogéneas no que se refere a percepção da sua identidade.

Estigma- segundo Goffman (2008), define-se em referência a atributos depreciativos, fraqueza ou desvantagem, criados a partir de estereótipos de um grupo em relação a um indivíduo. O indivíduo estigmatizado é considerado como tendo atributos diferentes, dos aceites como sendo comuns e naturais

para os membros de um dado grupo ou sociedade. Becker, converge com o ponto de vista de Goffman ao referir que o estigma é criado pela sociedade e ele acrescenta ainda que o Estigma é criado quando a sociedade define normas cujas infrações constituem desvios e, as pessoas que transgridem estas normas são rotuladas como diferentes ou estranhas das demais e estigmatizadas. De acordo Becker, o estigma não é característica da atitude da pessoa, mas uma consequência da aplicação de normas sociais (*apud* Campenhoudt, 2003).

Portanto, o estigma atribuído as crianças parte da percepção da comunidade circunvizinha do que é normal ou o comum a sociedade. Nesta ordem, as crianças que residirem numa família nuclear com as suas respectivas famílias são consideradas normais, pois a família transmite a criança as normas de condutas aceitas pela comunidade. E, quando esta se depara com crianças que não têm esse modelo de família e vivem num centro de acolhimento, rotulam, desqualificam e estigmatizam imputando desta forma uma *identidade estigmatizada* a estas crianças. Por esta razão, consideramos estigma como sendo os atributos depreciativos e desqualificantes que a comunidade atribui as crianças, classificando-as na mesma categoria social de marginais e sem família.

Socialização – “é o processo de aquisição de normas, padrões, valores, símbolos. É a aquisição ainda de maneira de agir, pensar, sentir, próprias dos grupos, da sociedade, da civilização em que o indivíduo vive” (Galliano, 1981:303). Giddens (2008:27) igualmente define *socialização* como “processo através do qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida da sociedade em que vivem”. Portanto, a socialização pressupõem a aquisição de maneiras de estar, pensar, sentir próprias do grupo ou da instituição na qual as crianças pertencem. Este processo de transmissão dos *modus vivendi* de um grupo ou sociedade é feito numa primeira fase pela família e, se esta por alguma razão deixar de desempenhar o seu papel, outros agentes como o centro de acolhimento passam a desempenhar. Neste estudo, consideramos o conceito de socialização, como sendo o processo através do qual as crianças adquirem o modo de vida do centro, seja a maneira de ser, estar e agir, o que permitiu-nos operacionalizar através da rotina diárias do centro, a conduta a ter e o tipo de roupa. Essa aquisição de maneira de estar, faz com que elas produzam uma identidade tendo o centro como referência.

Segundo Tönnies, *Comunidade*, fundamenta-se numa perfeita unidade de vontades humanas que se mantêm apesar da dispersão física. Na sua forma mais intensa, podemos encontrar a relação de parentesco

que pode ser traduzida na ideia de *comunidade de sangue* que é a génese de todas as restantes formas a saber: relação de vizinhança -*comunidade de lugar* e a relação de amizade -*comunidade de espírito* (Ferreira, 1995:119). Recorremos a este autor pelo facto das consultas bibliográficas por nós feitas, este ter sido o único conceito sociológico encontrado e que definiu a comunidade de acordo com o propósito da nossa pesquisa. Assim, para a presente monografia o conceito de Comunidade circunvizinha enquadra-se na tipologia de comunidade de lugar, ou seja comunidade baseada na relação de vizinha ou proximidade para com o centro estudado.

METODOLOGIA

Para compreender o processo de produção e representação da identidade social das crianças no centro de acolhimento, a presente monografia recorreu ao método hipotético-dedutivo, na medida em que levantamos uma hipótese e através do trabalho de campo procuramos, validá-la ou refutá-la. E, como método de procedimento adoptamos o estudo de caso na medida em que procuramos aprofundar, ou detalhar as informações obtidas no estudo partindo do caso específico do centro de acolhimento Ministério Arco-íris.

A pesquisa foi qualitativa pois, procuramos compreender os significados que as crianças atribuíam as suas acções. Não pretendemos com o estudo realizado obter generalizações, mas captar os significados e as percepções que as crianças, os educadores assim como a comunidade circunvizinha têm acerca identidade das crianças que vivem nos centros de acolhimento.

Quanto as técnicas usadas, foi a entrevista semi-estruturada que foi dirigida às crianças, os educadores e a comunidade circunvizinha, o que permitiu que estes actores pudessem expressar as suas opiniões e percepções. As entrevistas realizadas no centro foram todas gravadas com o consentimento dos entrevistados, a partir de um termo de consentimento livre e esclarecido que foi por estes assinados, com excepção de uma entrevista que foi transcrita no diário de campo. As entrevistas administradas a comunidade circunvizinha, duas foram gravadas e as restantes 8 transcritas no diário de campo. Optamos por gravar as entrevista para permitir a flexibilidade na recolha de dados, uma vez que não dispúnhamos de recursos humanos que pudessem auxiliar na recolha. Auxiliamo-nos também da observação directa (no centro de acolhimento), que nos permitiu verificar *in loco* a interacção entre criança-criança, criança-cuidadores e maneiras de estar das crianças em determinados espaços bem como os aparatos que o centro enquanto uma instituição total usa para configurar uma determinada identidade dentro daquele espaço.

Universo Pesquisado

O estudo efectuado abrangeu crianças abaixo dos 18 anos que encontravam-se a residir no centro de acolhimento. A idade foi por nós escolhida como forma de operacionalizar o trabalho de campo já que no contexto moçambicano considera-se criança, todo indivíduo menor de 18 anos. E estas por sua vez, tinham que passar por um processo de socialização anterior ao seu ingresso no centro, visto que o quadro

teórico por nós escolhido como lente de interpretação da identidade das crianças vivendo em centros de acolhimento, só se torna pertinente se estas tiverem tido uma vida anterior a sua entrada ao centro.

Deste modo, participaram no presente estudo 10 crianças seleccionadas a partir de uma amostra não probabilística intencional (seleccionados intencionalmente pelo pesquisador com base no prévio conhecimento do grupo alvo obtido através dos informantes chaves, tanto do centro bem como na comunidade circunvizinha), dos quais 5 crianças do sexo masculino e 5 do sexo feminino. Entretanto, no decorrer do projecto de pesquisa e a partir das hipótese que propusemo-nos a levantar bem como os objectivos que nós pretendíamos alcançar, percebemos que para compreender o processo de construção da identidade do internado e identidade estigmatizada, havia necessidade de auscultar ou entrevistar os educadores que são as pessoas que lidam directamente com as crianças, bem como colher as percepções da comunidade circunvizinha acerca das crianças que vivem nos centros de acolhimento de modo a aferir se há ou não estigma.

Nesta óptica, incluímos no estudo 10 educadores que correspondiam a igual número de crianças e igual equivalência do sexo dos entrevistados. Entretanto, no que se refere a este último item não pudemos concretizar o nosso desejo, uma vez que após entrevistados 9 educadores dos quais 5 do sexo feminino e 4 do sexo masculino constatamos que estes tinham dificuldades de esclarecer-nos como ocorria o processo de entrada das crianças e os mecanismos pelos quais as crianças chegavam aos educadores. Neste sentido, sempre que questionássemos a resposta era que o assunto em questão era tratado pelos funcionários da reintegração, e quando recorremos aos da reintegração no momento da realização da pesquisa encontramos disponível um indivíduo do sexo feminino, razão pela qual, foram entrevistados 4 homens e 6 mulheres.

No mesmo diapasão entrevistamos 10 membros da comunidade, 4 do sexo masculino e 6 do sexo feminino tendo em conta o critério de proximidade ao centro. A nossa escolha deveu-se ao facto dos censos e inquéritos que o Instituto Nacional de Estatística dispõem não estarem desagregados em Bairros o que dificultou-nos estabelecer o critério de proximidade em relação ao centro, restando-nos como alternativa considerar a comunidade que vive ao redor do centro do acolhimento. Portanto, constituiu a amostra do presente estudo, um total de 30 inquiridos.

Procedimentos Usados na Realização da Pesquisa

As entrevistas foram realizadas no mês de Setembro de 2012, tendo sido feito com aviso prévio do centro por uma semana, uma vez que o director do centro de acolhimento já dispunha da credencial. Este mostrou-se disposto a colaborar com a pesquisa tornando flexível na resposta autorizando a realização da entrevista. Após uma semana, dirigimo-nos ao centro para a recolha de dados, onde apresentamos mais uma vez a credencial e os termos de consentimento livre e fomos recebidos com cordialidade e o director a apresentou-nos ao chefe de turno que seria responsável por nos dirigir as camaratas das crianças bem como dos educadores a fim de iniciarmos a nossa pesquisa.

Aquando da iniciação de colecta de dados, já que primeiro entrevistamos as crianças, tornou-se necessário ter em conta alguns princípios éticos nos trabalhos com as mesmas. Deste modo, apresentamo-nos a cada criança entrevistada e antes de iniciar a gravação da entrevista procedemos a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido (que será apresentada em anexo) e a assinatura deste pelas crianças. Neste termo, constam esclarecimentos sobre o objectivo da pesquisa, a gravação da entrevista, a confidencialidade e o anonimato da sua identidade e o direito de desistir da entrevista assim que as conviesse. E, de forma a manter o sigilo da identidade de todos entrevistados, os relatos não serão identificados com nomes seja verdadeiro ou fictício, mas usaremos a designação Cr- para as crianças, Co, para a comunidade e Ed, para educadores.

Entretanto, quando realizamos a entrevista com os educadores, apesar de ter ressaltado a confidencialidade e os objectivos da pesquisa, estes mostraram-se receosos e várias vezes questionaram-nos se não éramos Jornalistas ou inspectores do Ministério do Trabalho. Contudo, depois de várias e sucessivas explicações estes concederam a entrevista. De forma a sanar este mal entendido, após a troca de turno que é feita 4 em 4 dias, o director do centro aproveitou-se da reunião de balanço para reapresentar-nos ao grupo que saía e fazer a apresentação dos que entravam e aí tivemos a oportunidade de explicar a todos o motivo e os objectivos da nossa pesquisa e continuamos a pesquisa sem sobressaltos.

Do mesmo modo que procedemos para apresentarmo-nos formalmente ao centro, tínhamos de igual modo fazê-lo na comunidade, uma vez que já estávamos fora da jurisdição do centro tínhamos que apresentar outra credencial para o Bairro em estudo. Na mesma semana que fizemos o aviso prévio ao centro, submetemos a credencial ao círculo do bairro, que por sua vez estes mandaram-nos para o distrito urbano para que o vereador desse despacho. Seguido o trâmite legal, tivemos que aguardar duas semanas para ter

a resposta. Passado esse período tivemos um despacho positivo e levamos novamente a credencial ao círculo do bairro para que dessem o último aval e indicassem-nos os chefes dos quarteirões que estão ao redor do centro. Assim feito, dirigimo-nos a comunidade e os chefes dos quarteirões acompanharam-nos às residências, já que não podíamos fazer a pesquisa sem sermos apresentados aos indivíduos abrangidos no estudo.

CAMPO DE ANÁLISE

Para a realização da presente pesquisa foi seleccionado o centro Ministério Arco-íris, localizado no Bairro do Zimpeto na cidade de Maputo. Este centro foi por nós seleccionado por ser um dos poucos existentes na cidade de Maputo, que acolhe um número considerável de crianças num regime fechado e crianças de ambos sexos segundo Mapeamento dos centros de Acolhimento da cidade de Maputo disponibilizada pelo Ministério da Mulher e Acção Social (vide anexo). Uma vez que nos encontramos na cidade em questão, consideramos que seria de mais valia realizar a pesquisa neste centro. O centro de acolhimento Ministério Arco-Íris, até o período em que realizamos a pesquisa, acolhia um total de 264 criança tanto sexo feminino como masculino (embora em alguns casos também acolham algumas crianças acima da idade permitida que seria abaixo dos 18 anos, pois muitas das vezes não tem onde ir e acabam permanecendo no centro) das quais estimava-se 90 do sexo feminino e 174 do sexo masculino e, o número total de crianças que entraram com a idade de 6 anos em diante era de 120.

O centro acolhe crianças órfãs e vulneráveis, crianças malnutridas, crianças com deficiência física, crianças abandonadas, crianças vítima de violência seja física ou abuso sexual, criança da e na rua, crianças afectadas e infectadas pelo HIV, etc. Em termos de funcionários o centro conta com 44 educadores, 8 gestores e 1 director, o centro dispõe de 11 camaratas³ e a transição das crianças de uma camarata para outra depende da faixa etária com excepção das meninas que tem uma camarata das meninas dos 4 anos em diante e as outras ficam na casa dos bebés.

³ As camaratas são edifícios com vários quartos, o número de quartos varia de camarata para camarata. Normalmente discriminam camarata masculina, camarata feminina, camarata dos jovens, casa dos bebés e outra camarata exclusiva a crianças com deficiência física e mental (Diário de campo: 18/09/2012).

A área física do centro é composta por *Camaratas* ou dormitórios (separados de meninos e meninas e a camarata das meninas está vedado), refeitório, Biblioteca, Igreja, escola (que as crianças da comunidade circunvizinha se beneficiam embora esteja isolada dos dormitórios dos internados), oficina de Barbearia e Carpintaria, sala de informática, oficina de corte e costura, casa dos brinquedos, sala de televisão para cada camarata, centro de saúde (chamada de clínica), campo de basquetebol, sala administrativa (a sala do director do centro e de outros funcionários administrativo) e casa dos missionários. Os missionários são gestores financeiros das camaratas, ou seja, monitoram o valor doado para cada camarata. Também existe a Casa bíblica, embora esta esteja separada por vedações dos dormitórios dos internados encontra-se dentro do recinto do centro, uma vez que o Ministério Arco Íris é um congresso de missões cujo funcionamento depende das doações dessas missões religiosas. Em termo de disposição física, esses locais são separados um dos outros por vedações ou quintais de capim com portas, salvo a escola por razões acima mencionadas. O centro é separado da comunidade circunvizinha por muros altos, arame farpado, portões e um sistema mais ou menos sofisticado de segurança (guardas e câmaras de segurança logo a entrada) cuja finalidade é de controlar a circulação dos indivíduos dentro do recinto do centro, e evitar que pessoas estranhas⁴ tenham acesso ao centro sem prévia autorização.

O Quotidiano das crianças envolve cuidados básicos de higiene como o banho, lavar a roupa com excepção das crianças dos 10 anos para baixo, tarefas diárias como varrer o pátio, limpar as camaratas e as casas de banho, alimentação, repouso, escola formal, igreja (mesmo no horário escolar tem um período reservado para igreja), formação complementar (seja reforço escolar através de explicação e cultos bíblicos em dias específicos), cursos profissionalizantes ou habilidades para a vida (montagem e reparação de computadores, curso de informática na óptica de utilizador, carpintaria, corte e costura, jardinagem, corte de cabelo e barbearia), atendimento de saúde, desporto e alguns passeios recreativos.

⁴ Quando um visitante chega ao centro e dirige-se ao portão, primeiro deixa a sua identificação com os guardas e estes questionam em que área do centro pretende se deslocar e com quem pretende ir lá ter e a partir do interfone estes comunicam para confirmar se realmente é verdade. Após esse processo, admitem a entrada e o visitante leva consigo um papel onde consta, o nome do visitante, a hora que entrou e, a saída devolve-se o papel com a assinatura do funcionário e a hora da saída” (Diário de campo, 18/09/2012).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos o perfil sócio-demográfico (vide anexos) das crianças vivendo em centros de acolhimento, de modo a conhecermos o seu historial antes do ingresso ao centro de acolhimento, de forma a interpretar o processo de transformação do *eu*, ou que disposições mudam quando estas entram em contacto com a instituição em análise. Em seguida apresentamos o perfil sócio demográfico dos educadores, cujas variáveis de análise foram a idade, o sexo, grau de escolaridade, formação ou capacitação em matéria de atendimento a criança e conhecimento acerca do processo de entrada da criança no centro. Esses aspectos foram importantes na medida em que nos permitiu aferir se estes possuíam formação psico-social para lidar com as diferentes experiências pelas quais as crianças com quem trabalham passaram. E, por último apresentámos o perfil sócio demográfico da comunidade circunvizinha recorrendo as variáveis sexo, idade, grau de escolaridade, profissão, estado civil, o tempo a residir na comunidade e as percepções dos entrevistados acerca das crianças vivendo nos centros de acolhimento.

No perfil sócio demográfico das crianças, consideramos as variáveis idade, sexo, grau de escolaridade, anos a residir no centro, a vida antes da entrada no centro, o idioma que anteriormente falavam, a proveniência e motivos da sua entrada. Na variável idade, das crianças entrevistadas, a idade mínima constatada foi 11 anos e máxima foi 17 anos. Em termos de nível de escolaridade, nenhuma das crianças entrevistadas completou o nível médio do segundo grau, mesclando-se entre o nível primário do primeiro grau, nível primário de segundo grau e ensino médio do primeiro grau, todos incompletos.

Quanto a variável tempo em que as crianças se encontram a residir no centro, constatamos que o tempo mínimo em que se encontravam no centro foi 1 ano e máximo foi 8 anos. Um grosso número de crianças proveio da cidade de Maputo distribuído nas zonas de Hulene, Xipamanine, Zimpeto, Magoanine e um número reduzido proveio de Tete e Gaza, mas que viveram por um curto período de tempo na cidade de Maputo.

No que se refere a vida antes da sua entrada no Centro, constatamos que todas crianças admitiram que ajudavam em algumas tarefas como lavar loiça e em alguns casos varrer o quintal, mas que não tinham um horário pré-estabelecido para o efeito, nem alguém para vigiar ou punir caso não o fizessem. Quanto ao idioma que anteriormente falava, quase todas elas falavam changana (idioma falado na região sul de Moçambique principalmente nas províncias de Maputo e Gaza) e algumas falavam português. A variável motivos que levaram as crianças ao centro, as suas narrativas relatavam que alguns foram ao centro porque anteriormente viviam com os avós e que algumas “tias” do centro é que levavam-nas ao centro. Umam viviam na rua, outras viviam com os progenitores mas que estes não tinham capacidade de prover assistência financeira, outras porque os progenitores faleceram e outros ainda os pais separaram-se ficando com um dos progenitores e que esse por sua vez encaminhava-as para o centro por falta de habilidade para cuidar destas crianças.

No perfil sócio-demográfico dos educadores tivemos como variáveis principais idade, sexo, grau de escolaridade e formação relacionada com atendimento a criança. Tivemos também em conta a faixa etária das crianças com quem trabalhavam, conhecimento acerca do processo da entrada da criança ao centro. Na variável idade, o entrevistado mais novo tinha 25 anos e o mais velho 47 anos de idade, e quanto ao nível de escolaridade todos completaram o nível primário do primeiro grau, com exceção de um com 4ª classe do antigo sistema.

No que se refere a formação em atendimento a criança, constatamos que alguns tiveram capacitações de curta duração cujo tempo mínimo foi de 1 a 2 semanas (6 educadores) e máximo de 9 meses (1 educadora) e outros ainda não passaram por nenhuma capacitação (3 educadores); quanto a faixa etária das crianças com quem os educadores trabalhavam, constatamos que esta varia dos 4 em diante. No referente ao conhecimento acerca do processo da entrada da criança ao centro, todos admitiram que existia um documento que se preenchia, mas maior parte dos entrevistados não sabiam o que constava e sustentavam repetidas vezes que isso era responsabilidade de um outro sector, entretanto os que sabiam do que constava no documento, afirmavam que falava do historial da criança (idade, a classe que frequentava se é que frequentava, as condições em que foi encontrada se foi vítima de violação, se esteve na rua, entre outros).

Perfil sócio demográfico da comunidade Circunvizinha

No perfil sócio- demográfico da comunidade, tivemos em conta a variável sexo, idade, o tempo a residir na comunidade, estado civil e a percepção a cerca das crianças que vivem no centro. Na variável idade, o entrevistado mais velho tinha 61 anos de idade e mais novo 19 anos de idade. Quanto ao estado civil, só um entrevistado era casado oficialmente, alguns solteiros, uns separados e outros viviam sob regime de união marital e um caso de união marital em regime de poligamia. A variável percepção acerca das crianças vivendo em centros de acolhimentos, os entrevistados convergiram na ideia de que o centro era um lugar em que acolhiam crianças sem família, crianças da rua e que os *brancos*, como eles designaram, criaram o centro para ajudar as crianças.

Assim, podemos constatar que alguns inquiridos da comunidade circunvizinha percebem as crianças do centro como sendo crianças que maioritariamente vem da rua ou seja generalizavam a proveniência das crianças e que estas, por terem saído da rua tornaram-se *marginais e ladrões e delinquentes* e, por não terem tido uma família “normal” estes não aprenderam “boas” condutas, razão pela qual não eram crianças confiáveis para interagirem nas suas residências. Entretanto, encontramos inquiridos que não partilhavam da mesma opinião, sustentando que as crianças do centro eram iguais as outras crianças e que o centro com suas regras de condutas rígida, e actividades vocacionais que orientam as crianças, proporcionava melhor educação que a própria família.

No entanto, percebemos que os entrevistados que partilhavam essa opinião (2) ou já tiveram experiência com centros de acolhimento na sua infância (apesar do regime de atendimento ter sido aberto e não fechado como acontece com o centro em análise), ou foi o entrevistado (1) mais velho de todos com 61 anos. O que de certa forma levou-nos a inferir que estes factores tenham influenciado na sua percepção, (a variável idade no caso o entrevistado mais velhos, e facto de algumas entrevistada (2), terem tido experiência com centros de acolhimento na sua infância o que poderá ter influenciado a perceberem as crianças do centro como crianças iguais as outras, seja pelo conhecimento que têm acerca do centro ou pela experiência de vida) embora não generalizamos essa inferência.

Discussão Dos Resultados

Para compreender o processo de construção da identidade das crianças vivendo nos centros de acolhimento, torna-se necessário esclarecer quem são estas crianças, a categoria social na qual faziam parte, as razões que lhes levaram ao centro, de modo a percebermos de que formas elas perdem a identidade que traziam da sociedade mais ampla para adquirir uma nova identidade no centro de acolhimento. Por conseguinte, articulamos as noções de identidade individual e identidade social, para referenciarmos a transformação das identidades das crianças antes e depois da sua entrada no centro de acolhimento. Entretanto, ao distinguirmos a identidade individual da identidade social, não o fazemos com intenção de mostrar oposição ou dicotomia entre ambas, mas o fizemos cientes que uma esta sempre implicada na outra e vice-versa.

A *identidade individual* que Giddens (2004) e outros autores como [Dubar (1997); Pinto (1991)] sustentam (pese embora se distingam na terminologia: identidade *para si ou identização*) que esta, diz respeito ao entendimento que cada criança do centro tinha acerca de si e o que era importante para si, seja o que cada criança pretendia ser, distinguindo-a socialmente das demais crianças. Portanto, na sociedade mais amplas estas crianças distinguiram-se seja em termos de proveniência, as actividades que cada crianças fazia ou sua rotina diária, os seus grupos de pares, o tipo de traje que usavam e mesmo nas expectativas daquilo que pretendiam ser. Esse conjunto de traços identitários contribuía para a construção de uma determinada identidade em cada criança.

Entretanto, no que diz respeito a sua *identidade social* (Goffman2008,ou se quisermos a *identidade para o outro* (Dubar, 1997) como sendo as características que é atribuída e imposta pelos outros, que permitem classificar as crianças como membro de um grupo, e que essa classificação é normalmente feita com baseada em categorias ou atributos sociais. Desta forma, a partir das características atribuídas ou imposta pelos outros, seja através do tipo de conduta, e a rotina que as crianças passam a ter ao entrar no centro, quer através da classificação que a comunidade atribui a estas crianças elas passam a produzir uma identidade do internado e identidade estigmatizada, conceitos estes que explicitaremos no decorrer da análise.

Assim, as características das crianças internadas no centro de acolhimento são que estas, maior parte das vezes provêm ao que Goffman (1961:23) designou de um “mundo de família” e outras

da rua. No entanto, apesar da proveniência destas crianças nem sempre coincidir, elas tinham uma forma de vida e um conjunto de actividades aceites sem discussão e sem regras rígidas até o momento da sua entrada no centro de acolhimento.

“Antes de vir ao centro fazia muitas coisas, mas não muita coisa como as que eu faço aqui, as vezes acordava as 8h, ajudava meu pai a engomar a roupa, ele ia para o serviço e fazias as coisas de casa, lavava loiça, varia a casa, mas não tinha uma hora certa para fazer isso, e não tinha ninguém para controlar nem o que eu fazia nem as roupas que eu usava. Eu tinha muito tempo para brincar com quem eu quisesse e onde eu quisesse” (Cr2, 12anos, Fem).

“Antes eu vivia com meus pais, depois fui viver com minha tia no hulene, mas devido ao s maus tratos, fui viver na rua quando tinha 6 anos, e lá na rua não há regras, não há horários, só se vive. Então, uma mama daqui do centro me tirou da rua e me trouxe para o centro em 2004” (Cr3, 17 anos, Masc).

Eu via com meu pai e meu irmão e como não tínhamos condições para nos alimentar e eu não ia escola, meu pai decidiu trazer a mim e meu irmão para o centro. Quando vivia com meu pai acordava qualquer hora, arrancava mafura quando tinha vontade, fazia trabalhos de casa, varrer o quintal as vezes lavar a loiça, mas se eu não fizesse não me faziam nada. Mas aqui no centro a vida é diferente, você tem hora para fazer tudo, nos obrigam a ir igreja aqui do centro se você não vai a igreja você tem problema e tem que explicar bem onde estava. Até escolhem para si o que você tem que fazer, eu por exemplo eu queria fazer mecânica, mas aqui no centro disseram que eu tinha de fazer serralharia. (Cr7,15anos, Masc).

Pudemos desta forma perceber que estas crianças não pertenciam á uma categoria social homogénea e a forma como estas crianças vivenciavam o seu quotidiano fora do centro de acolhimento variava de criança para criança. Pois, provinham de bairros e regiões diferentes, seja de Hulene, Xipamanine, zimpeto, Magoanine, Tete, Gaza, e que por sua vez passaram por diversos e diferentes processos de socialização, umas socializadas numa família monoparental resultante de separação dos progenitores e outras ainda por morte de um ou de ambos os

progenitores outras provinham com historial de maus tratos na família o que conduzi-as a rua passando por diferentes processos de socialização e outras, embora tivessem ambos progenitores foram socializadas num ambiente de carência na satisfação das necessidades sócio-económica. Estes aspectos contribuíam para a construção da identidade de cada criança e influenciavam também a forma como elas percepcionavam a *identidade para si* em função das experiências que cada criança teve.

Contudo, apesar destas em termos práticos não pertencerem a uma categoria homogénea, elas têm em comum o facto de serem classificadas pelos outros como as crianças vulneráveis, sem família, e crianças Pobres. Como sustenta Mauluquela (2009), quando faz menção ao conceito de criança da criança na rua e criança da rua, referiu que ambos são considerados como grupos marginalizados e excluídos e essa exclusão social é resultado da pobreza que as sociedades urbanas, com os seus estilos de vida e organização, produzem e tendem a criar uma cultura de pobreza. Essas crianças fazem parte, portanto, dum grupo social vulnerável o que também implica possuir uma estatuto desvalorizado e uma identidade negativa.

Nesta óptica não só concordamos com o argumento acima exposto, (ressalvando apenas que não concordamos com a terminologia identidade *negativa*, porque isso implicaria emitir um juízo de valor), mais acrescentamos que não só se refere a crianças da/ e na rua, mais também as outras crianças consideradas pobres e vulneráveis⁵ e o que normalmente dita o atendimento institucionalizado das crianças nos centros de acolhimento. Portanto esta forma de classificar e categorizar as crianças que recebem o atendimento institucional atribui a criança uma identidade de criança pobre e que por sua vez influencia na formação da identidade estigmatizada na qual retomaremos no decorrer do trabalho.

3 Pois o próprio conceito de criança órfã e vulneráveis adoptado pelo (MMAS-PACOV, 2006-2010) classifica as como sendo: Crianças afectadas ou infectadas pelo HIV, Crianças em agregados chefiados por crianças, jovens, mulheres ou idosos, Crianças em agregados familiares nos quais um adulto se encontra cronicamente doente; Crianças da e na rua; Crianças em instituições (ex: orfanatos, prisões, instituições de saúde mental); Crianças em conflito com a lei (ex: crianças procuradas pela justiça por crimes menores); Crianças portadoras de deficiência; Crianças vítimas de violência; Crianças vítimas de abuso exploração sexual; Crianças vítimas de tráfico; Crianças vítimas das piores formas de trabalho, Crianças casadas antes da idade legal, Crianças refugiadas e deslocadas.

Assim, a criança chega ao centro de acolhimento com uma noção de si de mesmo ou aquilo que chamaríamos de *identidade para si*, que se tornou possível graças a algumas disposições sociais que trazia no seu “mundo doméstico” Goffman (1961:24) ou então da sociedade mais ampla. Tais disposições podem ser sua região de origem, religião⁶ professada, a sua rotina diária, os indivíduos com quem interagem, o tipo de vestuário usado, a conduta, o tipo de informação que podem ter acesso entre outros aspectos. No entanto, a partir do momento que as crianças ingressam o centro de acolhimento começam a passar por um processo de mortificação do eu, que vai despojando todas disposições sociais que a criança trazia da sociedade mais ampla e atribuir novas *elementos identitários*, que contribuem para a produção de uma *identidade do internado* e através desta passam integram-se num novo grupo de pertença, o centro de acolhimento.

Os processos pelos quais o *eu* das crianças vai sendo mortificado são relativamente padronizados no centro de acolhimento. Este processo inicia com o *ritual* de mortificação, que consiste em obter a história de vida da crianças, despir a roupa que a criança trazia da sua vida exterior, dar banho e depois a ida a clínica situado dentro do centro para desinfetar qualquer impureza que a criança possa trazer da vida exterior e a verificação do seu estado de saúde.

“Quando cheguei ao centro, o educador que trabalhava aqui nos recebeu eu e meus dois irmãos, escreveu os nossos nomes, nos entregou a uma educadora, ela nos levou para o refeitório, depois nos chamaram para nos dar escova, roupa, banho. Levaram a roupa que nós trazíamos deitaram e depois nos levaram para clínica” (Cr10, 11 anos, Femi).

“Quando a criança chega sim, sim tem que ir a clínica, porque muitas dessas crianças saem da rua, podem estar infectados, então para acompanhar o processo ou o estado de saúde da criança tem que levar a clínica, então se tem algum problema recebem medicação e ai eu tenho que controlar o horário medicação, se esta infectado pelo vírus eu tenho que saber, que é para medicar na hora certa, então quando elas chegam, primeiro vão ao banho, se a roupa não esta em condições deitamos fora, depois é que vai a clínica. Em seguida preparamos um cacifo para ele já com algumas roupas” também dão

⁶ As crianças quando ingressam no centro, passam a professar a religião cristã e a frequentar a igreja do centro e os cultos obrigatórios nas quintas -feiras e domingos. Além dos cultos, no horário escolar reserva-se uma aula dedicada a religião crista. Deste modo, se as crianças professavam uma religião diferente na sociedade mais ampla, quando ingressam no centro passam a frequentar a mesma igreja (comunhão na colheita).

alguns comprimidos para disparatar, porque antes de chegar no centro tinham um tipo de alimentação diferente, estava habituado a comer coisas então tem que disparatar'' (Ed2,37 anos, Masc).

Outra mutilação do *eu* que o centro de acolhimento coloca entre as crianças do centro de acolhimento e o mundo externo é a barreira com a sociedade mais ampla, seja porque as crianças são proibidas de receber visita e saídas do estabelecimento nos primeiros seis meses, quer por que após esse período as visitas e as saídas são limitadas e controladas, o que assegura uma ruptura profunda com os papéis anteriores e a perda destes mesmos papéis.

“quando a criança acaba de entrar tem que ficar 6 meses sem sair para ela habituar a estar dentro e a vida do centro. Agora, depois desse período chega um parente e pede para levar a criança para passar o fim-de-semana, aí passamos uma guia que autoriza a saída, mas só para as crianças que tem bom comportamento, porque não são todas crianças que saem. Aquelas crianças que não têm bom comportamento, ou porque discutem com o professor, ou porque não cumpre com as tarefas não saem” (Ed3,29 anos, Masc).

“Podem deixar sair, mas é só para ir comprar uma coisa e voltar, não é para demorar.... Porque se até as 16h não chegarmos, as tias podem falar..... Mas deixam passar mais tempo, quando é tempo de férias ou feriado, aí podemos ir visitar nossa família, mas só podemos sair com guia assinada pelo educador que temos que mostrar o guarda para nos deixar passar o portão e depois nossa família tem que assinar para quando voltar mostrar a educadora. ” (Cr4,12anos, Femi).

No processo de transmissão de novas maneiras de ser estar ao internado, o centro de acolhimento submete as crianças uma *rotina diária* sequenciada em horários e papeis, que na sociedade civil a realização ou o desempenho de um não impedia a realização ou o desempenho do outro e sua ligação com outro. Se no mundo exterior a criança poderia desempenhar o papel de filha e as expectativas sociais ligadas a esse papel no seio da família, seja em termos de comportamento quanto a execução das tarefas, horário de entrada no agregado familiar, esse factor não impedia necessariamente o desempenho de outros papéis e tarefas relacionadas com o seu cotidiano.

No centro, ao contrário, as repetidas *rotinas diárias*, a execução das tarefas nas horas pré estabelecidas, fazem com que a não execução de uma tarefa por parte da criança, perturba automaticamente a sequência de outros papéis. Pois, por estas tarefas obedecerem um plano racional, que define as horas, as actividades e a sequência das actividades que normalmente são realizadas em grupo e, cuja responsabilidade de vigiar, ou seja, velar para que cada criança cumpra a sua tarefa é colocada na responsabilidade dos educadores. E, o não cumprimento evidencia-se pelo contraste com comportamento das restantes crianças, o que incorre a sanções:

“Por exemplo hoje o sino tocou as 5h, acordei, tomei banho, fui escovar os dentes, voltei e fui trabalhar na minha camarata... arrumar a cama, varrer o quarto depois tocou o sino para ir matabichar, depois para ir a escola. Aquelas meninas que entram a tarde ficam a trabalhar, quando voltei da escola, tocou o sino as 12:30 para ir almoçar, depois voltamos fazemos limpeza no quintal depois tocam sino para o banho as 16h, depois tomamos banhos brincamos mais um pouco e as 17:30h tocam o sino para ir jantar, mas hoje vamos jantar as 17h porque vamos a igreja (as quintas feiras) e as 20h tocam a sineta para ir dormir... Mas, se alguém falha não ir a igreja ou não fazer trabalhos, vai ter problemas... Sofre punição, as vezes podem mandar limpar a casa de banho ou varrer o quintal sozinha” (Cr4, 12 anos, Femi).

“Como entro a tarde na escola, quando acordo vou fazer trabalho lá fora, varrer, carregar tambor, as vezes nos obrigam a carregar tambor e dizem se não carregarmos nos assustam, dizem que vamos ficar sem mata-bicho, e dizem se você continuar assim vai voltar para casa como castigo, mandam-nos cortar relvas, lavar as camaratas, lavar a casa de banho, ou podem dar uma guia para você sentar em casa obrigatoriamente (Cr7,15 anos, Masc).

Desta modo, a criança não só perde a autonomia de controlo sobre a sua rotina diária, mas também vai perdendo um conjunto do que Goffman (1961) designou de “*estojo de identidade*” que tem uma relação muito grande com o *eu*. Os internados quando ingressam no centro deixam de ter o controlo sobre sua aparência pessoal, seja pelo tipo de trajes que passam a usar, quer pelo tipo de cortes de cabelo que é

permitido fazer ou mesmo a postura a ter no período da refeição. Portanto, o centro vai impor condutas aplicáveis a todas crianças internadas e outras que variam por sexo.

Nas condutas aplicáveis a todas crianças, tanto as crianças do sexo masculino como as do feminino tinham de cumprir com horário da refeição. No que tange ao vestuário, as mulheres não eram permitidas usar certo tipo de vestuário como saias curtas e calças que colam o corpo (vulgarmente designado por *sirolas ou colantes*) ou então trajes que deixam algumas partes do corpo visíveis como as coxas, a barriga, pois como demonstram os depoimentos dos entrevistados, não são trajes adequados as mulheres, segundo alguns padrões de conduta que o centro segue:

“Elas (as meninas) não podem usar qualquer tipo de roupa, mas sim roupa de respeito, não podem usar colantes com blusa curta, e se usar tem que por sai por cima, não podem usar nenhum tipo de roupa curta. Podem usar calças mas não podem mostrar a parte da barriga porque aqui segue-se os princípios da igreja.” (Ed, 35 anos, Femi).

No que se refere as condutas específicas de homens, é que estes não eram permitidos baixar as calças da cintura e fazer certos tipos de corte de cabelo, como o que se designou de *crista* (um tipo de corte feito por indivíduos do sexo masculino, que consiste em raspar o cabelo nos lados e deixar a parte do meio sem cortar) e riscas nas cabeças, pois esses tipos de corte e vestuário remetiam a comportamentos desviantes. Portanto, estas crianças vão sendo despidas da sua aparência usual, e vão adquirindo novas aparências, substituindo-se nesse caso o corte de cabelo que a criança possa trazer da vida exterior, disponibilizando barbearia e barbeiros dentro do centro, cujo papel é fazer os cortes de cabelo considerados aceitáveis e “normais”.

“Acerca da roupa, ...(pausa). Só que aqui estamos a viver várias culturas, eles gostaram daquela cultura americana de rap, baixar as calças, e nós não aceitamos. Então quando nós vimos isso, chamamos atenção para não usar as calças daquela forma, abaixo da cintura. E outra regra aqui de casa é cortar normalmente o cabelo, uma escovinha, porque agora tem esses jogadores que cortam crista, pintam cabelos e aqui nos não admitimos isso ... Aqui não aceitamos corte de raspar e deixar cabelo no meio, se nós encontramos nós mandamos cortar” (Ed7, 37 anos).

O acesso a meios de comunicação e o tipo de programa, constitui também uma forma de reserva de informação quanto ao processo de construção do *eu*, pois, se na vida exterior a criança podia preferir alguns programas televisivos em detrimento de outros, no centro de acolhimento, ela passa a dispor de horários e programas televisivos restritos cuja liberdade de escolha nesses casos é nula. As crianças passam a ter acesso a televisão aos feriados e um dia no final de semana, e horário de acesso a televisão varia desde as 18 horas as 20 horas ou 22 horas, este último permitido somente a camarata dos jovens com idade dos 17 em diante. Pois, estes já não eram considerados crianças mais sim jovens, razão pela qual prolongava-se o horário de acesso. Entretanto, todas crianças tinham acesso ao mesmo conteúdo televisivo (salvo desporto, que é de maior interesse por parte dos rapazes), e o conteúdo variava entre filmes de desenhos animados, vídeos que retratassem a religião cristã e, interditava-se o acesso as novelas, filmes que retratassem cenas amorosas, carícias sensuais e violência.

“Assistimos, por exemplo hoje é terça e amanhã é feriado, então podemos assistir hoje e amanhã não assistir e só voltar a assistir aos sábados. Aqui só podemos assistir a partir das 18 horas, se te apanham a assistir antes dessa hora desligam, e não é para assistir todos programas, só podemos assistir desenhos animados, filmes, jogos e canal de músicas e não podemos assistir novelas, nem filmes de relação, nem pornografia e outras coisas que não convêm para que nós crianças possamos assistir” (Cr2, 12 anos).

Assim, as crianças passam também a ser restringidas a certos *níveis de sociabilidade* seja entre crianças do sexo oposto, seja pelos locais que estas podem aceder dentro do centro de acolhimento. Portanto, há proibição de relações heterossexuais ou até mesmo qualquer agente socializador que possa transmitir conteúdos relacionados com sexualidade. Muitas vezes essa restrição limita também o acesso das crianças do sexo feminino as camaratas masculinas e vice-versa, pois tem de se isolar a interação entre ambos sexos para evitar contactos afectivos que por si, possa vir desencadear em relações sexuais. A criança é igualmente restringida de circular na área administrativa (salvo, estas sejam autorizadas) tal como gabinete do director, a casa dos missionários, a clínica, camarata masculina no caso das mulheres e camarata feminina no caso dos homens. Deste modo, quanto menos as crianças participarem das decisões que lhe dizem respeito, melhor será o processo de *mortificação do eu*.

“Aqui no centro deixam-nos brincar, mas tem coisas que não nos deixam fazer: brincar na sala do director, na casa dos missionários, na clínica, não podemos entrar nas camaratas dos homens e nem brincar com meninos sobres brincadeiras de pegar bum bum, pegar mamas” (Cr3,17 anos, Masc).

É difícil, porque aqui há coisas que somos obrigados a fazer, porque mesmo para conversar com meninas aqui é proibido, nós nos sentimos mal.... Talvez se vivêssemos numa casa seria diferente” (Cr1, 16 anos, Masc).

Até então, temos apresentado alguns processos de despojamento do eu que as crianças do centro de acolhimento vão sofrendo e como a partir destes, estas vão mudando a sua concepção do eu e integrar uma nova identidade social, a *Identidade do Internado*. Todavia, como estamos cientes que estas crianças não são passivas e como actores sociais procuram representar uma identidade do internado perante equipa dirigentes com objectivo de aceder a um sistema de privilégios ou mesmo evitar sanções, estas recorrem algumas estratégias para execução da sua performance.

Neste sentido, numa situação de co-presença física (no recinto de centro) entre as crianças e educadores, estas recorrem a estratégias como *autodisciplina* e *conformismo*, pois, as crianças disciplinadas e obedientes tem privilégios, seja para autorizarem a visita aos seus familiares, ou mesmos para ter acesso a lazer⁷ que o centro oferece as crianças. Portanto, para tornar credível o papel de criança obediente, ela comporta-se de uma maneira (*manners*) humilde, passiva e disciplinada:

“Quando o educador está por perto, eu me comporto como um aluno em sala de aula, sem cometer indisciplina, tenho que ser muito educado e comportado e fazer aquilo que mandam e quando estou só com meus amigos posso brincar a vontade”. (Cr1,16anos, Masc).

Ou podem recorrer alguns “truques”:

⁷ Como explicavam alguns educadores que as crianças desobediente perdem algumas regalias, como não visitar os parentes por mau comportamento ou não ter direito de ir ao passeios que as vezes o centro organiza para as crianças. (Diário de campo, 21/09/2012)

“Como sei que quartas-feiras tenho educação física e quando volto não tenho tempo para trabalhar no quarto e na casa de banho, para não me encontrarem, eu apanho os papéis e vou deitar, ai não me descobrem e nem me castigam. (Cr3,17anos,Masc).

Outro equipamento expressivo que as crianças recorrem para manterem a credibilidade de identidade do internado diz respeito a sua aparência (*appearance*) seja pelo tipo de roupas que estes usam ou pelo tipo de corte de cabelo. Portanto, estes quando se encontram no centro de acolhimento, recorrem a roupas que não sejam curtas no caso das meninas e os rapazes usam calças que chegam na cintura ou acima dela. Por outro lado quando estas são autorizadas a visitar os familiares (que nos consideramos como sendo os bastidores), ai podem optar por um traje diferente no caso do tipo de roupa ou cortes de cabelo.

“Aqui no centro não podemos usar roupas pequenas e roupas curtas, mas quando vamos para casa da nossa família podemos usar roupas curtas sem sirola” (Cr4,12 anos, Femi).

“Se você vai visitar seus familiares e faz esses cortês que ano aceitam, quando voltar para o centro tem que ir a barbearia cortar, por que se te apanham pode ser problema” (Cr5, 14 anos, Masc).

No entanto, quando as crianças interagem com a comunidade circunvizinha seja porque estas estudam na mesma escola com as outras crianças da comunidade, quer quando estas são autorizadas a sair, elas tendem a recorrer a algumas estratégias de actuação, pois estas são classificadas como *marginais, crianças pobres e sem família*, sendo restringida os níveis de sociabilidade.

Como já havíamos acima referenciado, que o facto de serem classificadas todas crianças institucionalizadas na categoria de crianças vulneráveis, sem família, Pobres, isso influenciava para que estas fossem imposta uma *identidade estigmatizada*. Pois, a comunidade circunvizinha, partilhando dessa percepção, generaliza e categoriza as crianças do centro como sendo crianças que maioritariamente vêm da rua e que não têm família ou seja que estas não provêm de um “mundo de família normal” e por essa razão não passaram por um processo de socialização no qual a família nuclear como o principal agente socializador pudesse transmitir as regras de condutas aceites na sociedade, o que faz com que estas tornem-se desviantes.

“Ali estão a viver aqueles que não tem pai, não tem mãe e nem tem família, só foram encontrados na rua e trouxeram para li. Ali no centro vivem crianças sem pai e crianças da rua... Existe sim diferença entre criança do centro e meus filhos, porque quando eu falo com meus filhos eles me ouvem e aceitam o que eu digo, mas crianças do centro não são todas que ouve e aceitam, por isso quando eles vêm na zona nós tratamos bem, mas com medo, porque você pode ir para a casa de banho elas ficarem a roubar” (Co7,22anos, Femi).

“Em termos lógicos, a criança deve viver com pai e mãe, porque os pais dão melhor educação, porque apesar de o centro ter educadores, não é mesma coisa que a educação dos pais, porque ali no centro são muitas crianças e cada criança tem o seu comportamento e isso acaba influenciado no comportamento, há criança que tinham comportamento não desejável, ou porque foi tirada da rua, é misturada com as outras crianças e aprendem esses comportamentos ...Nós percebemos, que há crianças do centro que roubam sabão ali e vendem aqui na zona, enquanto uma criança que vive com pai e mãe não faz isso, porque uma criança que faz isso ai, já esta fora daquilo que é educação normal” (Co10,40anos,Masc).

Portanto, pese embora as crianças sejam re-socializadas, na percepção da comunidade este sistema não tem se mostrado eficaz, pois as outras crianças também aprendem comportamentos desviantes. Outro factor que contribui para a desqualificação e inferiorização diz respeito ao tipo de alimentação⁸ tida no centro, o tipo de adereços (roupas compridas) e os horários rígidos que o centro submete as crianças internadas, o que diferentemente acontece na comunidade.

“Nós Jovens daqui fora, discriminamos aquelas crianças do centro, hora dizemos que eles não têm pai, ora porque comem comida cheio de água, mas principalmente nós que estudamos lá dentro, como vimos que eles não têm roupa, tem horários rígidos para jantar porque eles jantam as 17horas nós esfregamos isso na cara deles ” (Co8,19 anos, Femi).

Assim, a percepção e as atitudes da comunidade com relação as crianças do centro, faz com que estes restrinjam os espaços de sociabilidade das crianças na comunidade. Pese embora estes, admitam que as

⁸ O tipo de alimentação cheia de agua aqui se refere é batata Reno misturada com moelas de galinha servido as terças-feiras e normalmente vem com mais molho que os condimentos. (diário de campo, 20 de Setembro de 2012).

crianças do centro interajam com seus filhos. No entanto, existem espaços de sociabilidade que não são permitidas interagir como nas residências seja no pátio ou dentro de casa.

“Elas só podem brincar lá na rua ou na escola, porque àquelas crianças quando saem do centro para fora não tem um bom comportamento, elas roubam-nos, então se eu trazer para minha casa podem me roubar, eu só aceito que eles brinquem lá longe” (Co7, 22anos, Femi)

Numa situação de co-presença das crianças na comunidade, e estas por sua vez, tem uma informação social sobre a sua condição e as expectativas que a comunidade tem acerca do seu comportamento, estas recorriam a outras estratégias de actuação de forma a manipular a *identidade estigmatizada* a estas imputadas. Diante da identidade desacreditada as crianças usam diferentes modos (*manners*) de gerir a sua identidade, recorrendo a *auto-valorização* e *disciplina* mostrando que as crianças do centro são mais educadas que as crianças “normais”: *Podemos ter uma alimentação cheia de água ou nos chamarem de marginais, não há problema, porque que agente não usa roupa curta, nós vivemos bem, estudamos de borla, não pagamos impostos, e temos mais respeito que vocês.* (Cr10, 11 anos, feminino).

“Eu não costumo ir lá fora só fui uma vez, porque quando uma menina aqui do centro sai., as crianças lá de fora dizem essas crianças vivem no centro, alimentam-se de comida que não tem sabor, que não coze e que nós não temos família, e que esta é uma escola de formação de bandidos... enquanto nós somos mais educados que eles.” (Cr2, 12 anos, Femi).

Deste modo, pelos argumentos acima expostos, constatamos que, as crianças quando se encontrassem no centro de acolhimento activam a identidade do internado para aceder aos privilégios e evitar sanções e quando estas se encontravam diante da comunidade circunvizinha, manipulavam a auto-valorização e disciplina para fazer face a identidade estigmatizada.

Entretanto, alguns entrevistados admitiram que apesar de algumas crianças terem saído da rua, o centro com suas regras de conduta socializam a criança a um comportamento socialmente aceite, regrado e com respeito e que através das regras de conduta e os mecanismos de sanção faziam com que as crianças não pautassem por comportamento desviante já que no centro não há liberdade de recusar as tarefas contrariamente aos agregados familiar da sociedade em geral. Porém, constatamos que os indivíduos que admitiriam que o centro re-socializavam as crianças incorporando-as uma nova identidade, estes, tinha tido em algum momento da sua vida um contacto maior com centro, ou já tinham passado por um centro

de acolhimento e que conheciam as dinâmicas e o quotidiano do centro, ou seja elas dispunham de maior informação a respeito do centro:

“Por exemplo quando ia ao centro, aprendi a costurar, a fazer vestidinhos, aprendíamos a dançar, há uma boa vida lá dentro. Enquanto aqui fora não são todos que estudam, aqui fora a criança pode ir estudar e depois deixar de estudar enquanto lá a pessoa é obrigada a estudar até.... Enquanto aqui fora a criança não quer entender a mãe, ora quer discutir. Enquanto no centro não há que discutir, porque lá não havia discussão ali há uma boa educação, você tem que cumprir o que se diz enquanto aqui você esta falar com ela, ela te abandona” (Co2, 22anos, Femi).

Portanto, nota-se uma divergência no que se refere a percepção das crianças do centro. Uns estigmatizam e acreditam que as crianças por não terem passado por um processo de socialização que seria considerado normal (o de crescerem no convívio familiar) não adquiriram condutas adequadas por isso tornaram-se “ladrões” e “delinquentes”. Outros tinham a percepção de que as crianças que residem com a família não obedecem os seus pais, pois por estes não usarem um sistema repressivo, fazia com que os pais perdessem autoridade para com os filhos, enquanto que no centro onde existe um sistema de sanção e não há possibilidade de negociação as crianças obedecem as regras pré-estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito da monografia em apreço foi de compreender o processo de construção da identidade social da criança vivendo em centros de acolhimento, na condição de perceber que identidade estas crianças produziam e representavam e em que circunstância activam uma identidade em detrimento da outra? Os resultados mostraram que as crianças representam uma identidade híbrida e que em função do *palco* em que se encontravam, e numa situação de co-presença física, activavam a identidade do internado ou identidade estigmatizada, a primeira quando estas se encontravam no centro de acolhimento e segunda na interacção com a comunidade circunvizinha a partir dos rótulos estigmatizantes,

Neste sentido o centro de acolhimento através das regras de conduta seja das tarefas, os horários e castigos, o tipo de vestuário, Acesso a televisão e os tipos de programa que as crianças podiam ter acesso, permitiu com que elas produzissem uma identidade do internado e de forma a tornar credível essa identidade perante os educadores recorriam a disciplina e conformismo com relação as regras de conduta. No entanto, todos aspectos acima referenciados relacionados com o quotidiano do centro de acolhimento em análise, se tomados separadamente podem ser encontrados em diferentes instituições, seja família, escola, creches, etc. Mas o que se tornou fundamental na nossa pesquisa e tomando o centro de acolhimento como instituição total, é o facto da realidade do centro romper com as fronteiras que separam vulgarmente as 3 actividades que as crianças realizam: dormir, estudar e lazer no mesmo lugar e sob mesma autoridade. Enquanto nas outras instituições como família, escola, etc., as crianças têm tendência de estudar, dormir e se distrair em lugares diferentes e sob autoridades diferentes.

Entretanto, na interacção das crianças com a comunidade circunvizinha, e os estereótipos que estes tinham com relação as crianças vivendo nos centros, partindo de um padrão de família normal (no sentido de que, só as crianças que vivem com os pais, é que passavam por um processo de socialização em interiorizavam comportamentos aceites da comunidade e aliado aos horários do jantar que normalmente não era 17horas) logo, as crianças do centro por não

obedecem esse modelo eram rotuladas de *ladrões, bandidos*. Esse rótulo fez com que as crianças do centro de acolhimento adquirissem automaticamente uma identidade estigmatizada.

Deste modo, confirmamos a nossa hipótese de que as crianças do centro pesquisado representam uma identidade híbrida, identidade do internado e estigmatizada, (apesar de nem todos indivíduos da comunidade circunvizinha estigmatizarem as crianças do centro) infirmando deste modo as teses segundo as quais as crianças que vivem no centro têm sempre uma identidade negativa e particular. O nosso estudo demonstrou que estas crianças não apresentam uma única identidade, mais variadas, e que antes mesmos da criança ingressar ao centro algumas crianças já vivenciavam situação de trauma e maus tratos que pudesse conduzir a alegada identidade negativa. Isso para dizer que mesmo fora do centro a criança pode também demonstrar uma imagem “negativa” de si.

No entanto não podemos generalizar as conclusões da presente monografia para todas crianças que vivem nos centros, pois a nossa amostra não foi representativa para generalizações, uma vez que mesmo dentro da comunidade circunvizinha, as percepções acerca das crianças não foram unânimes.

No trabalho de campo, constatamos que no centro de acolhimento em análise existem desigualdades sociais no acesso de bens e prestígio. Pois, existe um estrato menor de crianças que se diferenciam das outras em termos de benefícios que estas têm de viajar para os países estrangeiros e até mesmo o financiamento dado a cada camarata, ou seja não há um sistema uniforme de distribuição prestígios.

Estas desigualdades fazem com que um determinado estrato de crianças esteja em alguns momentos isento de fazer as tarefas com outro grupo de criança o que normalmente gera conflito de autoridade entre os educadores e os missionários. Estes últimos pela influência que exercem no centro (já que gerem o financiamento dado pelos doadores), podem escolher um determinado internado para beneficiar desses privilégios sem um critério claro de selecção. Entretanto, não fazendo parte dos objectivos desta monografia não pudemos aprofundar a análise dessa realidade, acreditando que futuras pesquisas que se interessem por crianças vivendo em centros de acolhimento, possam fazer uma leitura clara destes e outros aspectos que nossa pesquisa não tenha abarcado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de, SILVA, Enid Rocha Andrade da, *Os Abrigos para Crianças e Adolescentes e o Direito a Convivência Familiar e Comunitária*, Políticas Sociais -ipea, Agosto 2005, p 186-193.

CAMPENHOUDT, Luc Van, *Introdução a Análise dos Fenómenos Sociais*, editora Grávida, Portugal, 2003.

DUBAR, Claude, *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto editor, Porto, 1997.

FERREIRA, J.M. Carvalho, *Sociologia*, editora Mc Graw Hill, Lisboa, 1995.

COLLONA, Elena, *Crianças que Cuidam de Crianças: Representações e Práticas* In: TELES, Nair *et al*, *Género e Direitos Humanos em Moçambique*, Maputo, CIEDIMA, 2010, pp 131-161.

GALLIANO, Alfredo Guilherme, *Introdução a Sociologia*, editora HARBRA Ltda, São Paulo, 1981

GUIDDENS, Anthony, *Sociologia*, 4 edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004.

GUIDDENS, Anthony, *Sociologia*, 6 edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2008.

GOFFMAN, Erving, *Manicómios, Prisões e Conventos*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1961.

GOFFMAN, Erving, *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, 10ª edição, Editora Vozes, Petropolis, 2002

GOFFMAN, Erving, *Estigma, Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, 4ª edição, editora LTC, Rio de Janeiro, 2008.

HALL, Stuart, *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, 4ª edição, DP&A editora, Rio de Janeiro, 2000.

Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social, *Relatório de Definições dos Padrões Mínimos de Atendimento a Criança*, Maputo, 2001.

MMAS-PACOV, *Plano de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis*, Moçambique, 2006.

MMAS, *Relatório do Seminário sobre Crianças Órfãs e Vulneráveis*, Maputo, Sd.

MMAS, *Plano Nacional de Acção para a Criança*, Maputo, 2006-2010

MMAS, *Políticas e Estratégias de Intervenção no Sector da Mulher e de Acção Social*, Maputo, 2008.

MAIA, Rui *et al*, *Dicionário de sociologia*, Porto Editora, 2002, Porto.

PINTO, José Madureira, *Considerações sobre a Produção social de Identidade*, Revista Critica de Ciências Sociais nº 32, Junho, 1991.

SANTOS, M. *O Abandono e Institucionalização Infantil* In: TRAVISN, Mária. *Modelo de Intervenção na infância e na Adolescência*, Londrina, editora da Universidade Estadual de Londrina, 2003, p 65-96.

SIROTA, Regina, *Emergência de Uma Sociologia da Infância: Evolução do Objecto e do Olhar*, Caderno de Pesquisa nº 11, Março 2001, p7-31.

UNICEF, MMAS, *Convenção Sobre os Direitos da Criança*, Moçambique, 2006

AYRES, Lygia Santa Maria, *Abrigo e Abridados: Construções e desconstruções de um estigma*, Estudos em Psicologia, ISSN: 1808-4281, UERJ, RJ, ano 10, N.2, P.420-433, 2º quadrimestre de 2010.

MAULUQUEL, Eurice Agnela, *Centros de Acolhimento: uma Tentativa de Saída da Rua? Um Estudo Sobre Razões e Objectivos de Afluência das Crianças da Rua aos Centros de Acolhimento*. 2009. 92f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Referência Electrónica

GONSALVES, Chistiane Romão *et al*, *Relações de Apego entre Crianças e Cuidadores na Instituições de Abrigamento*, sd Disponível em <<http://www.tec.fja.edu.br/intersubjetividades/index.php/artigos/46-vinculos-afetivos-entrecrianças-e-cuidadores-em-uma-instituicao-de-abrigamento>>. Acessado em 15 jun.2011.

ANEXOS

Guião de entrevista dirigido as crianças do centro de acolhimento

Identidade social da criança vivendo em centros de acolhimentos

Guião de entrevista semi-estruturada, dirigido a crianças que vivem no centro de acolhimento, com finalidade de perceber a identidade social das crianças vivendo em centros de acolhimento. As respostas dadas serão tratadas com confidencialidade e não será identificado o nome da criança. A entrevista terá duração de aproximadamente 45 minutos.

Perfil Sócio-demográfico do Entrevistado

1. Sexo
2. Idade
3. Nível de escolaridade
4. Onde estuda?
5. A quanto tempo vive no centro?
6. Qual é a língua que usualmente falava antes de entrar no centro de acolhimento?
7. Qual é a sua proveniência? (região ou província).
8. Com quem vivia antes de entrar no centro?
9. Você tinha horário para realizar as suas tarefas?
10. Se sim, quem estabelecia esse horário? E o que acontecia caso não cumprisse os horários?
11. Como veio para o centro? (Porquê veio ao centro)

Identidade do internado

1. Como foi a sua entrada no orfanato?
2. Passou por algum **tipo de ritual** após a entrada? Se sim descreva como ocorreu.
3. Que tipo de conduta é aceite (na hora da refeição, nos tempos livres)?
4. Que tipo de vestuário é aceite e porque?
5. Que língua é permitida falar no centro de acolhimento? Justifique a sua resposta.
6. Existe horário para executar as tarefas diárias? Se sim descreva que tarefas e os horários para execução.
7. Caso não cumpra o horário o que lhe acontece?

8. Alguém controla a execução das suas tarefas? Se sim quem controla?
9. Como você age quando esta perante a pessoa que lhe controla?
10. São autorizadas as saídas para o exterior do centro? Se sim quando é que isso acontece e quais são as modalidades?
11. Quais são as suas obrigações no centro? Caso existam obedece essas obrigações?
12. Se sim porque obedece?
13. Caso não obedeça quais são as estratégias que adoptam para não obedecer?
14. Qual é a medida que a equipe dirigente toma face a não obediência?
15. Caso haja sanção, como se procede?
16. Quais são os recintos do centro que esta autorizado a circular e quais não esta e porque?
17. Você decide o que fazer no seu quotidiano? Se sim, o que pode decidir? Se não quem decide?
18. Caso não decida como é seu relacionamento diário com a pessoa que decide por si.
19. Voce escolhe o que fazer nos seus tempos livres? Se não, o que pode e como pode ocupar os seus tempos livres.
20. Você decide o local onde guardar os seus pertences? (roupas, material escolar, brinquedos). Se não quem o faz?
21. Como tem sido a sua relação com as outras crianças do centro?
22. Você tem alguma alcunha? Se sim porquê lhe atribuíram essa alcunha?
23. Você acha que o facto de viver no centro influencia na sua maneira de se comportar? (seja com amigos ou com as pessoas fora do centro). Se sim porque?

Identidade Estigmatizada

1. Convive com a comunidade que vive ao redor do centro?
2. Se convive com a comunidade, quando é que isso acontece e com que regularidade?
3. Caso conviva, como você caracteriza a sua relação com a comunidade circunvizinha?
4. Já sofreu algum tipo de discriminação por viver no centro de acolhimento? Se sim, em que contexto aconteceu e como aconteceu?
5. Qual foi a sua reacção face a essa situação de discriminação?
6. Esse facto alterou o seu modo de vida? Se sim como?

7. Já foi privado de brincar com outras crianças que não sejam do centro? Se sim explique porque?
8. Caso tenha sofrido a privação como se sentiu?

9. Existe alguma diferença no tratamento dado a si e as outras crianças? Se sim, quando isso acontece e porque?
10. Na sua opinião, o facto de viver no centro de acolhimento torna-lhe diferente das outras crianças? Porque?
11. Como você caracteriza uma criança que vive no centro de acolhimento?

Obrigada.

Guião de entrevista dirigido aos Educadores

Identidade social da criança vivendo em centros de acolhimentos

Guião de entrevista semi-estruturada, dirigido aos funcionários do centro de acolhimento, com finalidade de perceber a identidade social das crianças vivendo em centros de acolhimento. As respostas dadas serão tratadas com confidencialidade e não será identificado o nome de nenhuma criança. A entrevista terá a duração de aproximadamente 30 minutos.

Perfil Sócio-demográfico do Entrevistado

1. Sexo
2. Idade
3. Nível de escolaridade
4. Formação profissional
5. Há quanto tempo trabalha no centro?
6. Local de residência
7. Quais são as suas responsabilidades aqui no centro?

Trabalho com crianças

1. Quais são as crianças com quem trabalha? (sexo, faixa etária, proveniência).
2. Essa escolha foi sua? Se sim explica porquê?
3. Existe algum documento que é preenchido quando a criança entra no centro? Se sim , quais são as informações que constam acerca da vida anterior da criança?
4. Quais são os cuidados que tem no trabalho com estas crianças?
5. Como é o seu relacionamento no dia-a-dia com as crianças?
6. Qual é o tratamento que a criança recebe ao chegar no centro?
7. Que tipo de tarefas as crianças têm? Quem decide sobre essas tarefas.
8. Todas crianças do centro desempenham as mesmas tarefas? Justifique a sua resposta.

9. Existem horários para execução dessas tarefas? Quais são esses horários?
10. O que acontece quando as crianças não cumpre com os horários ou as tarefas?
11. Quem controla os bens da criança (local onde guardar o vestuário, tipo de vestuário a usar, os brinquedos).
12. Autoriza-se a saída das crianças para fora do centro?
13. Se sim, quando é que se autoriza a saída das crianças para fora do centro?
14. Caso se autorize, as crianças têm liberdade de escolher onde ir e com quem sair? Se não, porquê?
15. Caso se autorize, quanto tempo as crianças podem estar ausente?
16. Existe um tratamento diferenciado dado as crianças do centro? Se sim, porquê?
17. Existe algum tipo de privilégio dado as crianças? Se sim, que tipo de privilégios e quando em que recebem esse privilégios?
18. Como caracteriza as crianças que vivem nos centros?

Obrigada.

Guião de entrevista dirigido a comunidade circunvizinha

Identidade social da criança vivendo em centros de acolhimentos

Mini-Guião de entrevista semi-estruturada, dirigido a comunidade que reside ao redor do centro de acolhimento, com finalidade de captar as percepções que têm acerca das crianças que vivem nos centros de acolhimento. As respostas dadas serão tratadas com confidencialidade e não será identificado o nome do entrevistado(a). A entrevista terá a duração de aproximadamente 20 minutos.

Perfil Sócio-demográfico dos Entrevistados

1. Sexo
2. Idade
3. Nível de escolaridade
4. Há quanto tempo vive neste bairro?
5. Tem filhos?
6. O que você sabe acerca do centro de acolhimento?

Percepções sobre crianças vivendo em centros de acolhimento

1. O que você pensa acerca das crianças que vivem nos centros de acolhimento?
2. Na sua opinião quem são as crianças que vivem no centros de acolhimento?
3. Tem filhos, caso sim tem brincado com as crianças do centro?
4. Se sim em que condições aceitaria que os seus filhos brincassem com estas crianças.
Caso imponha condições na presença de quem aceitaria?
5. Se não porque?

6. Na sua opinião, onde e com quem as crianças deveriam viver? Porquê?

Obrigada.

Guião de observação e colecta de informações sobre o centro de acolhimento

1. As crianças que o centro acolhe
2. Critério de entrada
3. O numero total de crianças a serem atendidas
4. Informações acerca da disposição física (dormitórios, refeitórios, etc)
5. Verificar quais destas disposições do centro que as crianças têm acesso
6. Observar a interacção criança funcionários, crianças- criança .
7. Verificar o tipo de adereços (vestuários, maneiras, expressões faciais, etc) que as crianças e os funcionários usam.

Termo de Consentimento

Eu, _____, de ____ anos, concordo em participar da entrevista conduzida pela Beatriz Musserula. Sei que a entrevista esta sendo realizada para perceber a realidade das crianças vivendo nos centros de acolhimento e sua identidade social.

Concordo em ser entrevistada, sei que a entrevista será gravada, mas ninguém além dela saberá o meu nome, somente o que eu declarar. A minha participação é voluntária, e a qualquer momento posso abandonar a entrevista se assim for do meu agrado. Se eu tiver alguma dúvida, poderei perguntar a entrevistadora de modo a esclarecer-me.

Estou consciente da confidencialidade do estudo, e o que eu disser será transformado em um trabalho que será apresentado na sua Universidade, para ajudar-lhe a compreender melhor a identidade das crianças vivendo nos centros de acolhimento.

Assinatura (entrevistado /a)..... Data.....

Pesquisadora -----

Beatriz Musserula (cel: xxxxxxxx)

Perfil sócio demográfico das Crianças

Criança	Idade	Sexo	Grau de escolaridade	O tempo a residir no centro	Língua que anteriormente Falava	Proveniência (Bairro/província)	Motivos que lavaram-lhe ao centro
Cr1	16 anos	Masculino	8ª classe	7 anos	Português	Tete	Separação dos pais, e o pai encaminhou ao centro
Cr2	12 anos	Feminino	4ª classe	1 ano	Português	Xipamanine	Vivia com pai e quando faleceu foi ao centro.
Cr3	17 anos	Masculino	7ª classe	8 anos	Changana	Cidade de Maputo	Vivia na rua
Cr4	12 anos	Feminino	3ª classe	4 anos	Changana	Xipamanine	Vivia com mãe e irmãos, e foi ao centro devido a falta de condições financeiras.
Cr5	14 anos	Masculino	8ª classe	7 anos	Português	Magoanine	Vivia com a mãe e irmãos e foi ao centro devido a falta de condições financeiras.
Cr6	13 anos	Feminino	6ª classe	1 anos	Changana	Hulene	Vivia na rua
Cr7	15 anos	Masculino	8ª classe	8 anos	Changana	Zimpeto	Vivia com pai deficiente e por falta de condições financeiras foi ao centro
Cr8	12 anos	Feminino	6ª classe	4 anos	Changna	Gaza	Vivia com avo idoso
Cr9	14 anos	Masculino	7ª classe	7 anos	Changana	Zimpeto	Vivia com avo e não frequentava a escola
Cr10	11 anos	Feminino	5ª classe	5 anos	Changana	Zimpeto	Órfã de pai e mãe

Perfil sócio demográfico dos Educadores

Educador	Idade	Sexo	Grau de escolaridade	Formação relacionados com atendimento a criança	Faixa etária das crianças que atende (cuida)	Conhecimento acerca do processo biográfico das crianças que entram no centro
Ed1	35 anos	Feminino	9ª classe	Capacitação técnica de média duração em Acção Social (9 meses)	4 a 20 ⁹ anos de idade	Sabe da existência de um processo da criança, mas não sabe o que consta.
Ed2	37anos	Masculino	8ª classe	Capacitação de curta duração, 1 a 2 semanas), como cuidar de meninos de rua	12 a 16 anos de idade	Conhece o procedimento, mas com limitação
Ed3	29 anos	Masculino	12ª classe	Capacitação de curta duração (como cuidar de crianças em situação difícil)	7 a 11 anos de idade	Conhece o procedimento, mas com limitação
Ed4	37 anos	Masculino	8ª classe (chefe de turno)	Capacitação de curta duração (não especificou). Duração de 1 a 2 semanas	15 a 22 anos de idade	Conhece o procedimento Mas com limitação
Ed5	25 anos	Feminino	7ª classe	Nenhuma	4 a 6 anos de idade	Não conhece
Ed6	32 anos	Feminino	7ª classe	Capacitação de curta duração 1 a 2 semanas (como cuidar de meninos de rua)	6 a 12 anos de idade	Não conhece
Ed7	38 anos	Masculino	8ª classe	Capacitação de curta duração, 1 a 2 semanas (como cuidar de meninos de rua)	17 anos em diante	Sabe da existência de um processo da criança, mas não sabe o que consta.
Ed8	27 anos	Feminino	8ª classe	Nenhuma	5 a 6 anos de	Não conhece
Ed9	36 anos	Feminino	6ª classe	Nenhuma	4 a 18 anos	Não conhece

⁹O centro de acolhimento normalmente cuida de indivíduos abaixo dos 18 anos segundo a definição de criança usada em Moçambique. Entretanto, existem alguns casos de indivíduos que ingressam no centro com o intervalo de idade recomenda mas, após ultrapassada essa idade não têm família nem local para residir, razão pela qual, o centro cria exceção a regra sendo deste modo possível, encontra indivíduos com mais de 18 anos de idade.

Ed10 (reintegração Social)	47 anos	Feminino	4ª classe do antigo sistema(Capacitação de curta duração 1 a 2 semanas (Cuidados a ter com criança em situação difícil, crianças tóxico-dependentes)	Dos 0 anos em diante	Quando a criança chega abrisse um processo, onde consta a idade, a classe que a criança frequentava e, culmina com a ida a clínica.
----------------------------------	---------	----------	---------------------------------	---	-------------------------	---

Perfil sócio demográfico da comunidade Circunvizinha

Comunidade	Idade	Sexo	Grau de escolaridade	Estado civil	Percepção que a comunidade tem das crianças do centro	O tempo a residir na comunidade	Filho a frequentar a escola do centro/ou próprio entrevistado
Co1	24 anos	Feminino	6ª classe	União marital	São crianças normais e iguais as outras	5 anos	Não. Mas teve experiência relacionada a centro de acolhimento na sua infância
Co2	22 anos	Feminino	4ª classe	Viúva	São crianças normais e iguais as outras	2 anos	Não. Mas teve experiência relacionada com centro de acolhimento na sua infância
Co3	21 anos	Masculino	6ª classe	União marital	São crianças que não têm família, por isso não tem	21anos	Não
Co4	21 anos	Masculino	11ª classe	Solteiro	Como não lhes conhecem na comunidade, chamam de ladroes e bandidos	21anos	Já frequentou a escola do centro
Co5	61 anos	Masculino	3ª classe do antigo sistema	Casado	São crianças normais e iguais as outras	30anos	Netos a frequentar a escola do centro
Co6	39 anos	Feminino	9ª classe	União marital	Tem algumas crianças normais, mas tem outras	33anos	Não

					que não tem bom comportamento, por que vem da rua.		
Co7	22 anos	Feminino	6ª classe	Separada	São crianças que não têm bom comportamento, roubam.	22 anos	1 filha que frequenta a escola do centro
Co8	19 anos	Feminino	11ª classe	Solteira	Não tem pai e mãe, por isso não tem roupas e consomem alimentos cheios de água	16 anos	Já frequentou a escola do centro
Co9	37 anos	Feminino	5ª classe	Separada	Não são crianças confiáveis	10 anos	Não
Co10	40 anos	Masculino	Ensino técnico profissional	União marital	São crianças que não cresceram numa família normal, por isso são ladrões e bandidos, porque não tiveram pais para chamar-lhes atenção	13 anos	Não